

Roberto Augusto Falcão Martins Alves

11 de Setembro de 2001: Entre mitos e fatos

Monografia apresentada para Graduação
em Licenciatura, Curso de História,
Faculdade de Ciência da Educação, Centro
de Ensino Unificado de Brasília -
UniCEUB.
Professora: Rosana Ulhôa Botelhos.

Brasília
Junho/2003

Roberto Augusto Falcão Martins Alves

11 de Setembro de 2001: Entre mitos e fatos

“Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar a seguir um fio só. Meu enredamento vem de que uma história é feita de muitas histórias”.

Clarice Lispector, *in* Imitação da Rosa.

Brasília
Junho/2003

Índice

<u>CAPÍTULO 1 APRESENTAÇÃO: OS ATENTADOS E SEUS DESDOBRAMENTOS</u>	1
<u>CAPÍTULO 2 QUADRO DE REFERÊNCIA</u>	9
<u>CAPÍTULO 3 REFLEXÕES E ELABORAÇÕES SOBRE O 11/9</u>	14
<u>Confronto de fundamentalismos</u>	14
<u>Fundamentalismo: A globalização e o futuro da humanidade</u>	20
<u>11 de Setembro</u>	25
<u>A Era do Terror: o mundo depois de 11 de setembro</u>	29
<u>E essa agora: lições da antiga era para a próxima</u>	32
<u>O poder pela violência: a reinvenção do extremismo islâmico</u>	35
<u>A manutenção do poder americano: da ferida à recuperação</u>	41
<u>O choque das civilizações ou os Mulás enlouqueceram: os Estados Unidos entre o império informal e o formal</u>	44
<u>A guerra contra o terror: petróleo e armamentismo</u>	47
<u>Depois do Atentado: Notícias da guerra assimétrica</u>	53
<u>CAPÍTULO 4 CONCLUSÃO</u>	61
<u>CAPÍTULO 5 FONTES</u>	70
<u>Fontes Primárias</u>	70
<u>Bibliografia</u>	70

Capítulo 1 **Apresentação: os atentados e seus desdobramentos**

Com o advento das telecomunicações e, principalmente, da Internet os lares são invadidos por todo tipo de informações. Os acontecimentos são passíveis de serem acompanhados em tempo real, ao vivo e a cores. Dessa forma, as pessoas se sentem participantes dos acontecimentos, ou adotam um posicionamento distante como se assistissem a um filme.

Em 11 de setembro de 2001, os televisores de praticamente todo o planeta foram invadidos com imagens das duas torres do *World Trade Center*, na ilha de *Manhatam* em Nova Iorque, no centro do sistema financeiro do mundo, sendo atingidas por aviões comerciais, desabando em seguida. Quase que simultaneamente outro avião atingia o Pentágono, centro da defesa norte-americana, em Washington. Com certeza um momento histórico. Por mais surpreendente que possa parecer, o realismo das imagens foi comparado às cenas dos inúmeros filmes de atentados a Nova Iorque produzidos pelos estúdios de Hollywood. Os telespectadores, confundidos, custavam a acreditar que o que estava acontecendo era realidade e não uma ficção cinematográfica.

Os EUA foram atacados por um inimigo não declarado. A potência hegemônica mostrou fragilidade diante do mundo e da opinião interna. Deixou de ser inatingível. Era preciso dar uma resposta rápida e exemplar.

Mas quem era o inimigo? O inimigo precisava ser identificado, adjetivado e reconhecido pelo mundo como inimigo comum, de tal forma que as ações de retaliação fossem aceitas e referendadas pela “humanidade” e os EUA fossem reconfirmados no posto de único poder mundial, defensor do bem e protetor do mundo livre contra as hordas do eixo do mal.

Os ataques significaram a inserção dos horrores da guerra no seio da população norte-americana, em particular nas das cidades atingidas. Pela primeira vez na história, o solo norte-americano e sua população civil sofreram e presenciaram o sofrimento de vários outros povos que são atacados pelos EUA. Também significou o choque de dois mundos: o da globalidade, com

desequilíbrios e injustiças, com o da localidade, com suas insuficiências representadas pelos fatalismos aberrantes, fobias latentes, nacionalismos agressivos, limpeza étnica, tribalismo intolerante. Em suma, foram no dizer do escritor mexicano Carlos Fuentes, “*os defeitos da globalização irrestrita, dominada por uma única potência, e os da localização irrestrita, dominada por tribalismos intolerantes*”. Fuentes faz uma clara alusão ao que alguns autores definiram como “confronto de fundamentalismos”.

A forma como os atentados foram planejados, em especial o choque dos dois aviões contra as torres do *World Trade Center*, com intervalo de 18 minutos, permitiu o posicionamento da cobertura jornalística, em particular da televisiva, de modo a registrar o aparecimento do segundo avião e o momento exato do choque, indicando ter sido este o desejo dos responsáveis pela ação: fazer um ataque aos EUA na frente das máquinas fotográficas dos jornalistas, das câmeras de televisão e de telespectadores de todas as partes do mundo, sem dar oportunidade às ações defensivas, mostrando a fragilidade dos sistemas de segurança norte-americanos.

Durante todo o dia e nos dias que se seguiram houve uma verdadeira enxurrada de notícias em todos os meios de comunicação. Entretanto, devido ao caráter dos atentados de 11/9 ter sido marcado pela imprevisibilidade, a mídia, diante do interesse geral dos leitores, teve que reagir de forma imediata e enfática sem a devida preparação e sem uma articulação dos donos dos veículos com os donos do poder.

Rapidamente os jornais de maior circulação editaram cadernos especiais sobre o acidente, já transformado em atentado, procurando entender como a maior nação do mundo havia sido atingida em dois dos seus símbolos: o da hegemonia financeira e o do poderio militar. Especialistas nas diversas áreas do conhecimento humano, incluindo história, sociologia, relações internacionais, economia e táticas de guerra, juntaram-se aos jornalistas na tentativa de entender os acontecimentos.

No caso dos eventos de 11/9, essa cobertura jornalística que, de forma geral, foi provida pelos meios de comunicação norte-americanos, principalmente pela CNN, caracterizou-se pela falta de objetividade e por uma opinião comprometida com os interesses norte-americanos. Entretanto, ainda assim, surgiram algumas

análises que tentaram explicar as razões e as raízes dos acontecimentos sob outras perspectivas. De certa forma, essas análises mostravam a história não como um fato isolado, mas como um processo e conseguiam um certo grau de clareza frente a tanta carga emocional. São análises que dão o contraponto necessário à notícia e ao entendimento dos acontecimentos, mas que não atingem o público que só lê jornais e assiste noticiários na televisão.

Os acontecimentos de 11/9 e seus desdobramentos nos meses seguintes, segundo a visão de alguns analistas, abalaram o mundo, mudaram a geopolítica e, possivelmente, influenciarão os rumos da história no século XXI.

Talvez, estes acontecimentos em conjunto com a queda do muro de Berlim e a desarticulação da União Soviética, fatos que marcaram o fim da bipolaridade no mundo, assinalem o marco inicial de uma nova periodização da história. Aliás, como afirmou o sociólogo Alain Touraine, *"onze meses depois da destruição das torres de Nova Iorque, a mudança de período histórico é visível por toda parte"*. Mas isto só as futuras análises poderão dizer.

Estes eventos somente serão compreendidos em sua amplitude quando houver um considerável distanciamento temporal e quando, fruto da pesquisa historiográfica, os dados puderem ser analisados à luz de novos elementos explicativos. Entretanto, ainda que haja um distanciamento temporal, nada garante que haja um “distanciamento” do historiador.

Nem bem digerido o impacto inicial de contrição, os EUA passaram a identificar a existência de um responsável pelo atentado e procuraram justificar um possível ataque de retaliação ao Afeganistão, país que acolhia Osama bin Laden, o inimigo identificado.

Imediatamente, como aliado da primeira hora, Tony Blair, primeiro ministro da Grã-Bretanha, iniciou peregrinação junto a diversos governos, incluindo países do mundo islâmico. Agia apoiando a cruzada norte-americana antiterror, buscando aliados e a liberação de bases militares em países limítrofes ao Afeganistão que viabilizassem um eventual ataque àquele país. Os EUA, direta ou indiretamente, saíam de sua política isolacionista.

O evento de 11/9 repôs em discussão no cenário brasileiro, tanto jornalístico quanto acadêmico, temas que estavam fora de pauta, tais como a nação, a

geopolítica, o peso que tem a potência dominante - os EUA - nas relações internacionais e levantou uma discussão em torno da identidade nacional e da cultura nacional. Ou seja, o atentado teve um efeito colateral de reconstrução de pauta de debates.

Entretanto, não obstante a mídia ter invadido os lares com um bombardeio de informações sobre o tema, não podemos ignorar o fato de estarmos sob os efeitos da globalização e, pior ainda, da monopolarização do mundo, com os EUA, a potência hegemônica capitalista, pretendendo ditar os desígnios da humanidade. Assim, cabe analisar qual é o discurso dos veículos de comunicação em relação à história imediata, até porque não podemos ignorar que, como afirma Paul Veyne, *“a história é, em essência, conhecimento por meio de documentos”*.

Tanto o atentado quanto a reação norte-americana foram objeto de exaustiva cobertura jornalística em todo o mundo, profetizando a iminência da guerra esmagadora e “assimétrica” da maior nação do mundo contra a mais débil nação do mundo, o Afeganistão. A cobertura jornalística só arrefeceu após a vitória dos EUA sob as forças pró Talibãs, regime que até então governava o Afeganistão. Essa cobertura jornalística foi acompanhada de frutífera atividade intelectual de cientistas sociais que, em parte, foi transformada em livros.

Nos dias que se seguiram ao atentado, vários debates foram realizados nos meios acadêmicos e nos veículos de notícias, principalmente nos televisivos, envolvendo historiadores, sociólogos, analistas militares, analistas políticos, articulistas, especialistas em política externa, entre outros. Nesta esteira de tentativa de entender os acontecimentos, a Universidade de São Paulo promoveu, no dia 21/09/2001, encontro entre 20 estudiosos e pesquisadores representando diversas áreas do conhecimento e instituições, cujo resultado foi publicado em duas edições especiais do Jornal da USP, nos dias 1º e 8 de outubro de 2001, e estão disponíveis no site da Universidade. Participaram do evento, entre outros, Boris Fausto, Paul Singer, Otávio Velho.

O Correio Braziliense, periódico diário de maior circulação do Distrito Federal, na edição do dia seguinte ao atentado (12/09/01), por exemplo, trouxe estampada a foto colorida do momento exato em que o Boeing 767 explodia ao varar a torre sul do World Trade Center. Sublinhando a foto, texto do articulista do diário intitulado “O Mundo está com medo”. Apresentado em grandes e

estilizadas letras, o título induz o leitor ao entendimento de que a partir do atentado o mundo se tornou inseguro e instável, seria o retorno ao medo, a palavra de ordem que teria governando as relações internacionais nas décadas de 1960 a 90, o período da Guerra Fria. Entretanto, o texto discorre quanto ao incidente em si e conclui afirmando que desde a Guerra Civil, entre 1861 e 1865, e do ataque a Pearl Harbor, em 1941 - este fora do continente americano - o povo dos EUA jamais assistiu a batalhas em seu território. Todas as guerras em que os EUA se envolveram - contra o Vietnã, o Kuwait, o Iraque, Cosovo etc. - foram travadas fora do território norte-americano.

Por outro lado, Susan Sontag, polêmica escritora nova-iorquina, não compartilha da idéia de que o mundo foi atacado, conforme induziu a manchete citada do Correio Braziliense. Em artigo intitulado “O Cálculo da Dor”, veiculado no Caderno Mais! do periódico Folha de São Paulo, em 23/09/01, Susan Sontag critica como surpreendentemente deprimente a *“desconexão entre o que aconteceu e o modo como poderia ser compreendido, além do falatório hipócrita e as francas ilusões sendo vendidas por virtualmente todas as nossas figuras públicas e analistas da TV”*. Segundo ela, as *“vozes autorizadas a acompanhar o evento pareciam ter se unido em uma campanha para infantilizar o público”*.

Ela, ainda que norte-americana, foi a primeira a questionar o fato de que o atentado foi contra os EUA e não contra a civilização, o mundo livre, a humanidade ou a liberdade. Para Sontag o ataque não teve nada de covarde, pois teria sido *“praticado em consequência de certos interesses e ações norte-americanas”*. Para ela, o público dos EUA se distancia de um reconhecimento adequado da atuação daquele país.

Além da nem sempre convergência de idéias entre as opiniões dos cientistas sociais e as dos analistas e dos jornalistas, como observado, as matérias sobre o atentado e os seus desdobramentos trazem referências a outros acontecimentos históricos.

As matérias publicadas se referiu a eventos históricos variados, indo desde o ataque japonês a Pearl Harbor, que foi o pretexto para a entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial, até a questão da propaganda pró-terroristas, advinda da larga cobertura dada pela imprensa, que foi comparada à propaganda nazista desencadeada por Joseph Goebbels.

Houve quem comparasse a reação norte-americana com as represálias russas contra a Tchetchênia e com as da China em relação às suas etnias setentrionais. Um ponto bastante focado foi a questão do fundamentalismo, tanto religioso quanto econômico, que move os dois lados do conflito e que nem sempre é adequadamente percebido.

Ainda houve quem relacionasse o atentado a outro evento ocorrido também no dia 11 de setembro. No caso, a referência foi ao atentado ao Palácio de La Moneda, sede do governo Chileno, ocorrido em 1973, que teve como consequência a deposição do governo democrático de Salvador Allende e a instalação da ditadura militar encabeçada pelo general Augusto Pinochet, que durou até a década de 1980.

O objetivo inicialmente proposto para esta pesquisa era o de rever a história imediata mediante análise dos artigos e reportagens veiculados durante o período que vai do atentado aos EUA (11/09/2001) até a rendição do Afeganistão (07/12/2001), e durante as celebrações de um ano do acontecimento, simulando a pesquisa de um historiador do futuro que se dedicasse a entender os acontecimentos de 11/9 a partir de análise de matérias publicadas nos jornais, principalmente no Correio Braziliense. Pretendia-se identificar o fato e o mito no discurso da cobertura jornalística, dos analistas e dos produzidos nos meios acadêmicos, em cada período dos eventos que se desenrolaram nos dias subseqüentes ao atentado até a vitória dos EUA e, mais tarde, por ocasião das celebrações do primeiro aniversário.

Esta intenção mostrou-se, no decorrer da pesquisa, inviável devido a dois fatores. O primeiro diz respeito ao grande volume de informações que teria de ser tratado, ainda que restrito ao período identificado e, basicamente, a um periódico diário. A catalogação das matérias, notícias, opiniões e reportagens, exigiria maior tempo de dedicação à pesquisa, não disponível devido tratar-se de monografia elaborada para a graduação no Curso de História. Assim, foi necessário limitar o volume de estudo às edições do Correio Braziliense relativas ao período entre 12/09/2001 a 30/09/2001.

O segundo aspecto diz respeito ao fato de que o conteúdo das edições analisadas e catalogadas em sua grande maioria se referia a comentários, informações, opiniões e análises sobre os aspectos inerentes à guerra em si. Isto é,

características das armas que seriam utilizadas, quantas foram as vítimas, onde se localizavam as tropas em combate, etc., se assemelhando a um grande diário da guerra. Pouquíssimos foram os conteúdos relativos à explicação das origens do conflito e seus desdobramentos, mesmo quando se tratou de matérias assinadas.

De outra parte, a veracidade desse conteúdo, elaborado no calor dos acontecimentos e sob a perspectiva das empresas de comunicação norte-americanas, merece uma análise mais profunda a exemplo da realizada por Carlos Dorneles, que publicou um livro exatamente durante a elaboração da pesquisa, o qual será comentado mais adiante, que versa sobre a análise das notícias relativas à cobertura pós-atentados em quatro grandes jornais e três semanários brasileiros.

Diante destes fatos - as poucas matérias não restritas ao relato dos acontecimentos e o livro publicado por Carlos Dorneles - foi natural que, como resultado, esta pesquisa tenha se fixado na análise dos livros editados a respeito do 11/9 e seus desdobramentos, desconsiderando as matérias publicadas em periódicos. Assim, este projeto passou a ter como referência de estudo o conteúdo de livros editados sobre o assunto, logo após os eventos e durante a invasão do Afeganistão, procurando identificar o foco adotado por cada autor.

Por outro lado, foi necessário delimitar também as publicações que seriam analisadas, uma vez que a cada dia, principalmente após a decisão dos EUA de invadir o Iraque, em 2003, a despeito da posição contrária do Conselho de Segurança da ONU, um crescente número de livros tem sido publicado enfocando a questão do Oriente Médio e seu relacionamento com o Ocidente, em especial com os EUA.

Na elaboração dessa pesquisa três autores, em particular, foram inspiradores. Primeiro, Carlos Dorneles, com seu livro “Deus é inocente: a imprensa não”, pela oportunidade do assunto tratado que, de certa forma, guarda complementaridade com esta pesquisa e por tratar da análise de periódicos. O segundo, a historiadora Maria Aparecida de Aquino, que desenvolveu pesquisa na área de história social versando sobre a censura (exógena ou auto) em dois periódicos nacionais durante o período da ditadura militar no Brasil, cujo resultado foi o livro “Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)”. Além do objeto do seu estudo, sua importância deriva, ainda, dos aspectos intrínsecos à metodologia de catalogação e análise dos periódicos utilizadas. Por último, o historiador José Carlos dos Reis

que confronta em “As Identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC”, autores nacionais que escreveram sobre a história do Brasil em diferentes períodos históricos e sob diferentes influências. Neste caso o autor se colocou na posição de quem abre o ouvido e escuta e recebe narrativas diferentes, cruzadas, tendenciosas, mas que são a representação sincera de seus criadores.

Cada um desses autores, com suas especificidades, exerceu de maneira diferente sua influência na elaboração da metodologia utilizada nesta pesquisa que procurou analisar o conteúdo dos livros, buscando identificar em cada discurso o foco do autor e as premissas que orientaram suas análises quanto as causas e consequências dos atentados de 11/9, identificando pontos de convergência e de divergência entre eles.

Por outro lado, buscou-se entender, segundo a visão dos autores analisados, a essência da política internacional, principalmente entre os dois principais atores: os EUA de um lado e o mundo islâmico de outro, em particular, o Afeganistão, os Talibãs e Osama bin Laden.

Capítulo 2 Quadro de referência

O panorama geoeconômico dos anos 1990 indicava que nada poderia ameaçar a hegemonia americana em plena consolidação: o Japão em crise; a Europa em processo de unificação; a China preocupada com a condução da transição de uma economia tradicional para uma economia de mercado, e a Rússia pós-reforma, próxima dos EUA - o antigo inimigo - praticamente eliminava o risco de barganha nuclear. Em 11 de setembro de 2001 esse panorama geoeconômico desmoronou.

A história contemporânea, em particular a chamada história imediata, é algo que fascina. Entretanto, tentar compreender o mundo ao mesmo tempo em que ele acontece mantendo uma certa distância, não é uma prática comum entre os historiadores. Mesmo um historiador do porte de Eric Hobsbawm, evitou trabalhar sobre a época posterior a 1914, que coincide com o seu tempo de vida, e, por isto mesmo, sobre a qual acumulou opiniões e preconceitos. Por outro lado, esta não foi a atitude do também historiador e ensaísta inglês Arnold Toynbee que, ao tomar consciência, em 1914, de que estava mergulhado na Primeira Guerra Mundial tal qual o historiador grego Tucídides que foi confrontado com a Guerra do Peloponeso no século V a.C., decidiu ser ao mesmo tempo ator e espectador tendo sempre um pé no presente e outro no passado.

O escritor francês André Malraux acreditava em duas coisas: pensava que a história era feita pela violência, ou seja, que o mundo é transformado pela violência, e que, assim como a ideologia havia dominado o século XX, a religião dominará o século XXI. Assim, ele seria a pessoa menos surpresa do mundo com o que aconteceu em 11 de setembro de 2001: quer pela violência, quer pelo envolvimento religioso.

Emília Viotti, historiadora brasileira, considera que *“uma das tarefas mais difíceis do ofício de historiador é a crítica de testemunhos”*. Segundo ela, *“ao descrever o momento em que estão vivendo, os homens traçam freqüentemente uma imagem superficial e deformada dos fatos”*. Por isto, *“o grau de comprometimento do observador, a qualidade e a quantidade das informações de que dispõe sua maior ou menor capacidade de análise, a maneira pela qual se*

deixa empolgar por paixões e sentimentos refletem-se no seu depoimento”. Este parece ser o grande desafio deste trabalho: o de submeter a documentação a uma crítica rigorosa, considerando que se trata de um acontecimento da história imediata que está carregado de emoções.

Segundo Eric Hobsbawm “*já se disse que toda história é história contemporânea disfarçada*”. Isto significa que quando o historiador escreve sobre um tema histórico qualquer, sempre se referencia às suposições de seu próprio tempo. Se já é difícil, ao escrever sobre o passado distante, escapar às influências do presente, “*quando escrevemos sobre nosso tempo, é inevitável que a experiência pessoal desses tempos modelem a maneira como os vemos, e até a maneira como avaliamos a evidência à qual todos nós, não obstante nossas opiniões, devemos recorrer e apresentar*”. Esta é, sem dúvida, uma armadilha à qual o historiador está sujeito.

Além da condição a que está sujeito o historiador, as fontes acessíveis sobre os acontecimentos imediatos são periódicos que pela urgência na veiculação da notícia, são elaborados sem as devidas análises, ou são livros escritos sob o efeito das emoções que procuram justificar as posições dos atores envolvidos. Sobre esta questão, Hobsbawm cita o professor Reinhard Koselleck: “*o historiador do lado vencedor facilmente se inclina a interpretar o sucesso de curto prazo em termos de uma teleologia ex post de longo prazo. Isso não acontece com os derrotados. Sua experiência básica é de que tudo aconteceu diferente do esperado ou planejado (...) Eles têm uma necessidade maior de explicar por que outra coisa ocorreu e não aquilo que achavam que aconteceria. Isso pode estimular a busca de causas de médio e longo prazo que expliquem a (...) surpresa (...) gerando percepções mais duradouras e, conseqüentemente, de maior poder explicativo. No curto prazo, a história pode ser feita pelos vencedores. No longo prazo, os ganhos em compreensão histórica têm advindo dos derrotados.*”

Podemos perceber que estas posições também são, de certo modo e até de maneira inconsciente, adotadas pelos jornais e pelos jornalistas, conforme seus alinhamentos e influências ideológicas. Dificilmente teremos a informação não comprometida com alguma ideologia.

Como afirma Ricardo Bonalume, em artigo para a Revista Primeira Leitura, edição de agosto de 2002, não existe objetividade nem para o jornalista nem para

o historiador. Ao escolher um tema e escrever sobre ele, não há como o historiador agir isento da influência das suas convicções, posições pessoais e emoções.

Para Alberto Dines, jornalista brasileiro, a tangência entre o jornalismo e a historiografia é clara e está na perspectiva com que cada profissional enfoca os fatos. “A diferença reside na entonação do que é reportado ou relatado. E na amplitude da relação”.

Barbara W. Tuchman afirma que o jornal e a revista, assim como cartas, diários, memórias, autobiografias, documentos comerciais e governamentais, que são “fontes mais ou menos inconscientes”, constituem a matéria histórica bruta no estudo da história contemporânea, mas não se confundem com a história. Ou seja, seus autores não são historiadores. Tuchman opõe-se a Edward Hallett Carr, para quem “*a crença num núcleo irredutível de fatos históricos que existem independentemente da interpretação do historiador, é uma falácia absurda, mas muito difícil de se vencer*”. Entretanto, mesmo sendo adepta da “falácia absurda” de que os fatos históricos existem independentemente do historiador, ela entende que é necessário um historiador com “*uma visão de fora e uma consciência do ofício*” para organizar os fatos dentro de uma “*narrativa histórica com caráter e validade próprios*” e torná-los conhecidos.

Carlos Dorneles, em seu livro “Deus é inocente: a imprensa não”, editado em 2002 pela Editora Globo, e prefaciado por Fábio Konder Comparato, traça um acompanhamento da cobertura dos desdobramentos dos ataques terroristas de 11/9 e como eles são divulgados na mídia. O jornalista baseou seu trabalho nos quatro mais influentes jornais brasileiros - O Estado de São Paulo, A Folha de São Paulo, O Globo e o Jornal do Brasil - e em três grandes revistas de informação - Veja, Época, e Istoé - acompanhando as edições no período de um ano, entre 12/09/2001 e 12/09/2002.

Sua conclusão é de que a “imprensa brasileira, como outras do mundo ocidental, apenas seguiu os passos da [imprensa] americana - foi refém e cúmplice”.

“A imprensa [dos EUA] pediu guerra e foi atendida. Ignorou massacres, desrespeito aos direitos humanos e às liberdades individuais, a destruição de um país miserável pela maior potência militar do planeta e deu vazão ao patriotismo como senha para a obediência ao poder. Numa guerra em que os americanos jamais combateram em solo, a

mídia descreveu um conflito diferente, muito mais limpo e heróico”.

Para Dorneles a censura aos órgãos da imprensa não foi inusitada, uma vez que, segundo ele, durante a cobertura da chamada Guerra do Golfo já teria havido um controle da imprensa e o que o público recebeu foi uma descrição distorcida da guerra. Nessa esteira de demonstração de poder dos EUA, até porque em uma guerra a quanto menos a imprensa mostrar melhor para os comandantes dos exércitos, a cobertura pós 11/9 se transformaria, conforme concluiu Carlos Dorneles, “no episódio mais censurado, autocensurado e distorcido de que se tem notícia na história da imprensa em frentes de guerra”. Este posicionamento da imprensa mundial de submissão ao poder dos EUA é diametralmente oposto ao princípio básico de liberdade de expressão, concepção defendida pelos ideólogos do pensamento liberal, pioneiros da formação do Estado norte-americano.

O trabalho apresentado por Dorneles é profundo e minucioso na análise das publicações realizadas no período, comparando as notícias inter e entre os periódicos. É oportuno observar que no decorrer da nova ofensiva militar dos EUA contra o Iraque, em 2003, as principais televisões brasileiras enviaram jornalistas para a frente da guerra, procurando, através de sofisticadas tecnologias, apresentar relatos menos submissos aos interesses dos EUA, até porque, diferentemente do ocorrido quando da invasão do Afeganistão, essa nova guerra não obteve a unanimidade do Ocidente e muito menos dos países que compõem o Conselho de Segurança da ONU.

É com base nos referenciais sobre a geopolítica dos anos 1990 que pretendemos desenvolver a pesquisa, focando os discursos sobre os acontecimentos de 11/9 e seus desdobramentos, sem descuidar das dificuldades de se analisar o processo histórico a partir de escritos sob a emoção dos acontecimentos e da influência e orientação tendenciosa das grandes empresas de comunicação norte-americanas, como evidenciado por Dorneles, o que se agrava pelo fato do objeto de estudo ser a história imediata na qual estamos inseridos.

Capítulo 3 Reflexões e elaborações sobre o 11/9

A tragédia de 11/9 deu lugar a uma gigantesca cobertura jornalística. Foram meses de cadernos especiais, reportagens, opiniões, matérias e artigos que dissecaram, sob as mais diversas perspectivas, o governo de George W. Bush, o islamismo, o terrorismo, o perfil do saudita Osama bin Laden, a situação dos países que configuram o Oriente Médio, o confronto entre judeus e palestinos pelo estabelecimento de estados independentes, o denominado “*eixo do mal*”, o confronto de fundamentalismos e, como não poderia deixar de acontecer, houve farto acompanhamento da invasão do Afeganistão pelos exércitos da coalizão, na chamada “*guerra assimétrica*”.

Na esteira dessa cobertura jornalística foram editados, no Brasil, diversos livros. Buscamos analisar o conteúdo de alguns deles, a seguir identificados:

- Confronto de Fundamentalismo: cruzadas, jihads e modernidade, do escritor paquistanês Tariq Ali;
- Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade, escrito pelo teólogo brasileiro Leonardo Boff;
- 11 de setembro, do lingüista e ativista político norte-americano Noam Chomsky;
- A era do terror organizado pelos professores norte-americanos Strobe Talbott e Nayan Chanda;
- A guerra contra o terror: petróleo e armamentismo, do historiador brasileiro Luiz Alberto Moniz Bandeira;
- Depois do atentado: notícias da guerra assimétrica, escrito em conjunto pelos brasileiro Carlos Lessa, Darc Costa e Fábio Sá Earp.

Essa produção intelectual sobre o atentado de 11/9, desenvolvida por cientistas sociais e jornalistas, pode ser classificada sob três perspectivas: a do confronto de fundamentalismos, a da revolta contra a política externa neoliberal norte-americana e a do terrorismo como um fim em si mesmo.

Confronto de fundamentalismos

A Editora Record lançou, em 2002, o livro “*Confronto de Fundamentalismos: cruzadas, jihads e modernidade*” do escritor paquistanês Tariq Ali. Formado na Universidade de *Oxford*, na Grã-Bretanha, e editor da Revista *New Left*, Tariq Ali escreve roteiros para cinema, peças de teatro, biografias e obras sobre história e política internacional.

Tariq Ali, como ele próprio se define, “*nunca acreditou realmente em Deus*”, sendo um não-crente entre os muçulmanos. Em seu livro, o autor analisa a história que precedeu os eventos de 11/9, traçando um perfil do islamismo, desde suas origens, seus mitos de fundação, sua disseminação pelo mundo, sua cultura, as raízes de suas divisões e de seu radicalismo. Examina a trajetória do islamismo até os dias de hoje, observando que, diferentemente do cristianismo, aquele não criou as condições necessárias a uma reforma religiosa mantendo-se como um sistema monolítico sob o qual se desenvolve toda a vida política, religiosa, social e pessoal dos muçulmanos. Por outro lado, o autor analisa o mundo do cristianismo imperialista anglo-americano que floresceu a partir do século XIX e permanece no século XXI, simbolizado, no Oriente Médio, pela política atual de apoio incondicional ao Estado de Israel em seu enfrentamento aos árabes, em particular aos palestinos.

Tarik Ali provoca catequistas da globalização como Francis Fukuyama e Samuel Huntington, afirmando que o capitalismo criou um mercado mundial único, sem apagar a distinção entre os dois mundos, aquinhoando o primeiro desses mundos como o principal repositório de riqueza e o principal mantenedor de um poder militar descontrolado, com o segundo sendo explorado em suas riquezas naturais em benefício do primeiro. A resultante foi o aparecimento de um abismo econômico entre os dois mundos e um desequilíbrio no bem estar social dos povos. Conclui dizendo que os atentados de 11/9 retratam um confronto de fundamentalismos historicamente construídos: um representado pela religião islâmica e o outro pelo imperialismo norte-americano. Tarik Ali relaciona os acontecimentos de 11/9 com a rebelião dos escravos:

“Há uma verdade universal que os sábios de última hora e os políticos precisam reconhecer: escravos e camponeses nem sempre obedecem aos seus senhores. Repetidamente, nos levantes que marcaram o mundo desde os dias do Império Romano [*Spartacus é um dos símbolos*], uma determinada combinação de acontecimentos provocou uma erupção totalmente inesperada. Porque seria diferente no século XXI?”.

O fundamentalismo islâmico, na visão de Tariq Ali, é decorrente de longos

anos de enfrentamento entre o islamismo e o cristianismo. No século X, quando foi lançada a Primeira Cruzada cristã com objetivo de libertar Jerusalém dos muçumanos, a religião Islã, também inspirada no Velho Testamento como o judaísmo e o cristianismo, já havia se estendido da Ásia Central até a costa do Atlântico em decorrência das guerras e das conquistas, com três centros de poder: Bagdá, Córdoba e Cairo.

Essa disputa pelo controle da Terra Santa (Jerusalém) vai até o século XX, com alternância de domínio sobre a região entre as duas religiões. Essa alternância de poder foi marcada, para os povos muçumanos da região, por violentos massacres promovidos pelos cristãos. No século XX, o período de paz conseguido sob o domínio muçumano desde 1187 com a ação de Salah al-Din (Saladino), foi desestabilizado a partir da bem sucedida luta sionista apoiada pelos britânicos para criar um Estado exclusivamente judaico em território ocupado por muçumanos.

Segundo Tariq Ali, as Cruzadas deixaram marcas profundas nas consciências européia e árabe. Prova disso está no episódio ocorrido em julho de 1920 quando o general francês Henri Gouraud ocupou Damasco, como parte do espólio da Primeira Guerra Mundial que coube à França, e um de seus primeiros atos ao entrar na cidade foi visitar o túmulo de Saladino perto da Grande Mesquita. O general chocou o mundo com sua vulgaridade enquanto ficava em posição de sentido e declamava: *“Saladino, nós voltamos. Minha presença aqui consagra a Cruz acima do Crescente”*.

O extenso Império Otomano, que durou quinhentos anos, tinha uma peculiaridade não encontrada no Estado muçumano do início do século XXI: era multirreligioso, reconhecendo e protegendo os direitos de judeus e cristãos. Tanto procuravam o Império para se refugiarem os judeus perseguidos pela Inquisição espanhola e portuguesa, quanto protestantes alemães, franceses e tchecos que fugiam dos católicos durante as guerras da Reforma. Entretanto, apesar dessa tolerância multirreligiosa, o Islã não demonstrava complacência para com os hereges.

Na análise de Tariq Ali, o atual fundamentalismo islâmico, agravado pela presença ocidental no Oriente Médio e, principalmente, pela insistência na formação do Estado de Israel, tem suas raízes ainda no século XVIII. Muhammad

Ibn Abdul Wahhab (1703-1792), foi inspirador do *wahabbismo*, seita islâmica que defendia uma interpretação extremamente ortodoxa da lei muçumana do século VII da era cristã, proporcionando uma justificativa político religiosa para um *jihad* ultra-sectário contra outros muçumanos, especialmente os hereges xiitas e inclusive o império otomano.

Essa seita, ao longo destes últimos séculos se instalou no Oriente Médio, principalmente na Arábia Saudita, onde se tornou a religião oficial. Foi nas escolas religiosas paquistanesas, sob influência saudita do *wahabbismo* que foi criado o Talibã, facção islâmica que derrotou o governo pró-soviético de Cabul e se instalou no Afeganistão, sob o patrocínio dos árabes, paquistaneses, ingleses e, principalmente, norte-americanos.

Tariq Ali recorda que foi durante a guerra contra a URSS que Osama bin Laden, herdeiro de uma rica família saudita e íntima da monarquia que governava a Arábia Saudita, foi recrutado para liderar o *jihad* no Afeganistão, sob orientação espiritual *wahhabita*. A mensagem fundamentalista do *wahabbismo* propagada por líderes como bin Laden tem um forte apelo para as massas muçumanas excluídas do processo de bem estar social imposto por governantes autoritários, submissos ao Ocidente, diga-se aos EUA, e, numa generalização, corruptos.

Nesse contexto, o *wahabbismo*, fiel às suas origens e insistindo em um *jihad* permanente contra todos os inimigos, muçumanos ou não, adquire uma característica de resistência ao avanço das ideologias ocidentais se contrapondo a tudo que não está de acordo com o islamismo, conforme a interpretação fundamentalista do Alcorão, bem como ao avanço da consolidação do Estado de Israel.

Em contraponto a esse fundamentalismo islâmico, Tariq Ali observa a existência de um fundamentalismo ocidental representado pelo que ele identifica como americanófilos, ou seja, aqueles que “*vivem procurando provas de que as coisas são piores em outros países do que em casa [os EUA]*”.

Tal com dissecou a história do islamismo, Tariq dedica parte de seu livro para demonstrar o crescimento hegemônico dos EUA no século XX, a partir da sua participação nas duas grandes guerras mundiais contra a Alemanha e seus aliados, das quais emergiram como os grandes vitoriosos econômicos. Já ao final da primeira grande guerra (1914-1918), os EUA passaram a “*não pensar muito antes*

de flexionar o músculo econômico para criar uma máquina militar que tentaria sufocar todos os desafios à ordem capitalista mundial”.

Tariq cita, de passagem, que a colonização dos EUA foi forjada por uma poderosa mistura de cristãos protestantes fundamentalistas na primeira fase, seguidos por refugiados políticos fugidos da perseguição na Europa e, finalmente, por aqueles cujo único objetivo era o ouro do Novo Mundo. Segundo ele, a riqueza de possibilidades dessa poderosa mistura só pode se tornar lucrativa através de uma combinação de imperialismo interno com o comércio armado na costa da África.

Constata Tariq que o poderio ideológico dos EUA, apoiado por sua superioridade militar, cresceu tanto que generalizações avassaladoras são feitas até por aqueles que criticavam o modo como esse poder era usado. A linha de raciocínio desenvolvida pelo autor sobre o crescimento do fundamentalismo nos EUA tem como referência a citação de Thomas Friedman, jornalista do *New York Times*, de que *“a mão oculta do mercado nunca funcionará sem um punho escondido. O McDonald’s não poderá florescer sem a McDonald-Douglas, projetista do F-15, e o punho escondido que mantém o mundo livre para a tecnologia do Vale do Silício chama-se Exército, Força Aérea, Marinha, Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos.”*

Segundo essa visão, a política e a economia ficaram tão entrelaçadas que a necessidade de matéria prima para suprir as necessidades da indústria norte-americana tinha que ser buscada no exterior a baixo custo. Isto significou um número cada vez maior de intervenções políticas em, principalmente, países do chamado terceiro mundo, localizados na África, Ásia e América do Sul.

É interessante observar o fato de que Tariq Ali apresenta em defesa de seu raciocínio o discurso de Trotski, proferido a delegados de uma conferência em 1924, no qual ele aponta o papel militar e industrial que o petróleo representava para os EUA, já naquela época e que, devido ao desenvolvimento de sua indústria e de sua frota, os norte-americanos poderiam vir a tomar uma quantidade muito maior de petróleo de todos os outros produtores mundiais.

Paralelamente ao seu desenvolvimento como potência econômica e militar, os EUA assumiram um papel de polícia global em defesa da democracia e do capitalismo. Na visão de Tariq Ali, esse entrelaçamento de interesses criou uma

“economia permanentemente armada que estimulou a indústria pesada e encorajou a pesquisa em eletrônica, química, aviões e espaço”.

Ainda, a indústria de armamentos torna um setor econômico estável, não sujeito às flutuações recessivas da economia que têm marcado a existência do capitalismo. Para o autor, sob essa conjugação de interesses desenvolveu-se um poderoso nexos militar-industrial, devido a uma simbiose entre a indústria de defesa, os oficiais superiores das forças armadas e os políticos.

A queda do muro de Berlim, a desintegração da União Soviética e, finalmente a capitulação chinesa ao capitalismo, ainda que dominado pelo Estado comunista, reforçou o triunfo econômico militar do capitalismo norte-americano e a crença de que a ideologia liberal (na versão neoliberal) é a única possível em um mundo cada vez mais globalizado.

Foi nesse contexto histórico que surgiram, segundo Tariq Ali, dois personagens que, a partir de um debate de idéias através de seus livros, fortaleceram o fundamentalismo norte-americano. Foram eles Francis Fukuyama (*The End of History*) e Samuel Huntington (*The Clash of Civilizations*), já citados neste trabalho (consulte as notas 23 e 24). Segundo Huntington, a civilização ocidental, entenda-se a norte-americana, é a única que possui padrões que valorizam o individualismo, o liberalismo, o constitucionalismo, os direitos humanos, a igualdade, a liberdade, o domínio da lei, a democracia, e mercados livres.

Para Tariq Ali, foi essa análise simplista, mas politicamente conveniente de Huntington, que proporcionou uma cobertura extremamente útil aos políticos e ideólogos de Washington, o centro das decisões norte-americanas, no sentido tornar mais intenso o fundamentalismo econômico e ideológico que vinha tomando corpo desde o início do século XX. Assim, as civilizações islâmicas (pelo petróleo) e chinesa (pelo volume de exportações) tornaram-se a ameaça aos EUA pós Guerra Fria.

O fundamentalismo neoliberal - a face do imperialismo fundamentalista norte-americano -, doutrina pregada por Von Hayek nos anos 1960 e 1970, que à época foi ridicularizada pelos liberais keynesianos, pelos social-democratas, pelos conservadores e até pelos economistas comunistas, ressurgiu pelas mãos dos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, norte-americano e inglês,

respectivamente. Para Tariq Ali a combinação de idéias neoliberais com as forças sociais representadas pelos dois políticos transformou o mundo, estabelecendo uma nova ordem mundial que se impõe pela força militar e pela opressão econômica a todos os povos e estados do planeta, não admitindo oposição e ignorando a autodeterminação dos povos e as convenções internacionais.

Para Tariq Ali, os fundamentalismos islâmico e neoliberal estão no cerne dos ataques de 11/9 e a conseqüente invasão do Afeganistão. Mas, para Tariq *“Osama e seu grupo chegaram a um beco sem saída político. Foi um espetáculo grandioso, mas nada além. Os Estados Unidos, ao reagirem com uma guerra, enfatizaram a importância da ação, mas nem eles próprios a resgataram da obscuridade do futuro. Será uma nota de rodapé na história deste século. Nada mais. Em termos políticos, econômicos ou militares foi apenas uma alfinetada”*.

Fundamentalismo: A globalização e o futuro da humanidade

Leonardo Boff, teólogo brasileiro, escritor, professor e conferencista, assessor de movimentos sociais de cunho popular libertador, como o Movimento dos Sem Terra e as comunidades eclesiais de base (CEB's), entre outros, trilha o mesmo caminho de Tarik Ali, na busca da compreensão dos atentados aos EUA. O livro *“Fundamentalismos: a globalização e o futuro da humanidade”*, publicado pela Editora Sextante em 2002, parte da mesma concepção de Tariq Ali sobre o que é fundamentalismo, mostrando que se trata de uma forma de ver o mundo presente não apenas no islamismo, mas também nas demais religiões, na economia, na política e na cultura ocidental.

Os fundamentalismos, segundo Leonardo Boff, não obstante seus vários matizes, possuem as mesmas constantes. *“São sistemas fechados feitos de claro e escuro, inimigos de toda a diferenciação e cegos em face da lógica do arco-íris, onde a pluralidade das cores convive com a unidade do mesmo arco-íris”*. O fundamentalismo é intolerante, uma vez que cada um de seus dogmas (verdades) se encontra indissolúvelmente concatenado a outro, o questionamento de um põe em risco toda a estrutura dominante. É essa lógica linear que atrai os espíritos sedentos de orientações claras e contornos precisos.

A verdade absoluta, qualquer que seja a sua fundamentação, não tolera a

existência de outra verdade. Essa fundamentação tanto pode ter caráter religioso, político, econômico ou científico. O fundamentalismo religioso afirma que o livro sagrado, a Bíblia ou o Alcorão, constitui o fundamento básico da fé. Cada palavra, cada frase, foi inspirada por Deus. Como Deus é verdadeiro, infalível e imutável, a sua palavra também é.

Leonardo Boff afirma que os EUA são um país adepto, em sua maioria, do protestantismo, uma variação do cristianismo que se contrapôs ao catolicismo e retomou a essência do livro sagrado: a Bíblia, em particular, o Velho Testamento. Apesar da secularização do Estado, esse rigor religioso molda e permeia a vida política e econômica dos EUA.

Leonardo Boff apresenta sua visão histórica sobre o processo de globalização e de sua relação com os conflitos do mundo inteiro. Para ele, o nicho do fundamentalismo ocidental se encontra no protestantismo norte-americano surgido nos meados do século XIX, quando professores de teologia publicaram uma coleção de doze livros sob o título *The Fundamentals: A Testimony of the Truth (1909-1915)*.

Neles propunham um cristianismo extremamente rigoroso, ortodoxo, dogmático, como orientação contra a avalanche de modernização de que era tomada a sociedade norte-americana. Não só modernização tecnológica, mas modernização dos espíritos, do liberalismo, da liberdade de opiniões, contrastando fundamentalmente com seguridade que a fé cristã sempre oferecera.

Boff retrata o fundamentalismo protestante norte-americano, que ganhou relevância social a partir dos anos 50 com as “*Electronic Church*”, como inflexível no que concerne à moral, contrário ao homossexualismo, ao movimento feminista e aos processos libertários em geral. Na economia, é monetarista conservador, e na política sempre exalta a qualquer custo a ordem, a disciplina e a segurança.

De sua parte, a face fundamentalista do catolicismo também objetiva combater a Modernidade, com suas liberdades e seu processo de secularização. Na sua vertente doutrinária -- representada no documento *Dominus Jesus* elaborado no ano 2000, de autoria do cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da antiga Inquisição --, o fundamentalismo católico sustenta que a Igreja Católica é a única Igreja de Cristo, não sendo igrejas as demais denominações cristãs. Esta vertente não é

compartilhada pelo Papa e nem pelo Vaticano.

Uma segunda vertente do fundamentalista católico, professada pelo Vaticano, trata da moral e dos costumes. Ela é representada pela doutrina oficial contra os contraceptivos, os preservativos, a fecundação artificial, a interrupção da gravidez, a masturbação, o homossexualismo e a segunda núpcia após o divórcio. Essa dimensão moral do fundamentalismo, a mensagem central do cristianismo que é trazer vida em abundância é sacrificada em nome de normas e doutrinas fossilizadas.

Com a análise do fundamentalismo nas diversas faces do Cristianismo, Boff pretende demonstrar que o fundamentalismo, como atitude e tendência, se encontra em setores de todas as religiões e caminhos espirituais. O fundamentalismo judaico se concentra na construção do Estado de Israel e o fundamentalismo islâmico quer fazer do Alcorão a única forma de vida, de moral, de política e de organização do Estado entre os muçumanos e nos lugares onde eles ocupam o poder.

Existe uma permanente tensão entre muçumanos e cristãos, resultante de uma longa história de mútuas violências. Uma história que começa no século VII da era cristã com a revelação dada por Deus a seu profeta, Maomé. Entre o século VII e os dias atuais, a expansão do Islã na sua relação com o cristianismo é marcada por períodos de alternância de dominação dos mesmos espaços e assinalada por violências mútuas.

No século XX, as potências ocidentais dominaram e colonizaram os principais territórios islâmicos no Oriente Médio, impondo a modernização ocidental, acompanhada do liberalismo e do secularismo. Se até o século XIX a disputa era pautada, principalmente, pelo confronto religioso e pelo domínio da Jerusalém, no século XX o foco da disputa passou a ser a dominação das ricas bacias petrolíferas situadas nos territórios muçumanos do Oriente Médio.

Leonardo Boff considera que o resultado desse processo de agressão foi a demonização mútua do inimigo. *“Os ocidentais tendem a ver no muçumano o fanático religioso e o terrorista. Os muçumanos, por sua vez, tendem a ver nos ocidentais os ateus práticos, os materialistas crassos e os secularistas ímpios. Esse caldo anticultural faz germinar o fundamentalismo e a nova forma de*

cruzadas ocidentais”.

No entendimento de Boff, a globalização econômica financeira faz deslanchar o fundamentalismo ao criar relações de dependência dos grandes conglomerados globais e dos capitais especulativos que dominam as economias periféricas. Para o teólogo, a lógica do capitalismo neoliberal é excludente, contribuindo para aumentar o distanciamento entre riqueza e pobreza. Além disso, não respeita o bem-estar dos povos e nem a sustentabilidade do planeta.

Para Boff os terrorismos do tipo dos atentados de 11/9 são decorrentes dessa exacerbação do individualismo provocada pelo neoliberalismo que resulta em um sentimento de abandono e de decepção em povos menos favorecidos economicamente. É a reação dos povos economicamente explorados e socialmente ignorados contra a expansão imperialista, principalmente, norte-americana.

Por outro lado, Boff entende que a religião é um ingrediente catalisador utilizado por líderes de povos que viveram sob a dominação de outros povos para reforçar e legitimar o retorno das identidades oprimidas. *“As religiões são, reconhecidamente, ingredientes poderosos na construção das identidades dos povos”*. A religião, na sua forma fundamentalista, gera a exclusão e violência do oprimido contra o opressor. Esse, para Leonardo Boff, é o caso das nações islâmicas, submetidas sistemática e opressivamente a processos de modernização e de ocidentalização.

Mas o fundamentalismo se manifesta em qualquer um que se apresente como portador exclusivo da verdade e de solução única para os problemas. Dessa forma, Boff entende que vivemos sob o império de vários tipos de fundamentalismo e que o principal deles não é o religioso, mas o da ideologia política do neoliberalismo e de seu modo de produção capitalista, uma vez que se apresenta como solução única para todas as carências da humanidade.

Boff considera a cosmovisão materialista, individualista e sem qualquer freio ético, criada pela cultura capitalista - a ditadura da globalização especialmente econômica financeira - como a idade de ferro da globalização criticando o pensamento de teóricos (no caso Francis Fukuyama) que a vêem como o fim da história.

Na sua análise dos fundamentalismos existentes, Boff compara o de George W. Bush, presidente norte-americano, com o de Osama bin Laden, terrorista saudita. O de Bush é identificado nos seus pronunciamentos fundamentalistas pós-ataques de 11/9, onde é definida a *“luta do bem (América) contra o mal (terrorismo islâmico) Ou se é contra o terrorismo e pela América, ou se é a favor do terrorismo e contra a América”*.

É também no discurso de bin Laden e dos Talibãs divulgados pós-ataques que Boff identifica a retórica fundamentalista. A cultura ocidental é vista como materialista, atea, secularista, antiética e belicista.

O encontro desses dois fundamentalismos só pode produzir a guerra, uma vez que para que um prove que a sua verdade é a única possível é necessário aniquilar ou subjugar o outro e a sua verdade. Aliás, segundo Boff, é isto que George W. Bush pretende, de acordo com seus pronunciamentos pós 11/9, onde afirma que *“o terrorismo será enfrentado em qualquer parte do mundo”*, *“atacar-se-ão, também aqueles países que dão guarida às redes do terror”*, *“quem não aceita essa luta é contra os EUA e a favor do terrorismo”*. Para Boff, estas afirmações refletem o fundamentalismo norte-americano.

Tal qual fez Tariq Ali em seu livro, Leonardo Boff também faz alusão ao pensamento de que a história chegou a fim com a queda do muro de Berlim, proposta por Fukuyama, bem como critica Samuel Huntington e a sua iniciativa de propor um novo paradigma mundial de Guerra das Civilizações para substituir a Guerra Fria. Para ele, são duas ideologias que reforçam o fundamentalismo neoliberal.

11 de Setembro

Noam Chomsky, escritor e professor de lingüística no Massachusetts Institute of Technology (MIT), é filósofo e analista político. *“Um rebelde sem pausa”* na definição de Bono Vox, vocalista da banda de rock britânica, U2. Chomsky, como lingüista destaca-se como dissidente político norte-americano que critica o uso da mídia (especialmente a eletrônica) pelos EUA para atravessar as fronteiras de cada país a serviço do poder e de interesses financeiros, muitas vezes desrespeitando a fronteira nacional.

O livro “*11 de setembro*” reproduz uma série de entrevistas de Noam Chomsky a diversos jornalistas no período de um mês que se seguiu aos atentados de 11/9. Nele, Chomsky critica o entendimento de que, como divulgado pelo governo dos EUA e repetido pela mídia, os ataques teriam tido como motivação principal a reação à globalização e à hegemonia cultural. Essa crença, segundo ele, é conveniente aos intelectuais do Ocidente e teriam o objetivo de demonstrar à opinião pública que os valores ocidentais, tais como a liberdade e a democracia, teriam sido os alvos dos atentados, uma vez que foram atacados os ícones da sociedade ocidental capitalista.

Para Noam Chomsky, a divulgação dessa crença esconde as verdadeiras causas do atentado. Ele demonstra seu posicionamento citando o editorial do *New York Times* do dia 16/09/2001: “*Os responsáveis agiram pelo ódio que nutrem contra os valores prezados no Ocidente, tais como liberdade, tolerância, prosperidade, pluralismo religioso e voto universal*”.

Para Chomsky, essa foi a tônica da mídia norte-americana que tentou demonstrar ao público em geral que os atentados foram uma ação unilateral do Islã, sem qualquer participação ou responsabilidade dos EUA e de sua política internacional ao mesmo tempo imperialista e isolacionista.

Para Noam Chomsky esse princípio geral que norteia a mídia norte-americana chega a se constituir em uma norma, que “*tem a seu favor a auto-adulação e o apoio desprovido de senso crítico ao poder*”, mas que despreza o fato de que a Al Qaeda, organização de bin Laden, não tem preocupações quanto à globalização e à hegemonia cultural maior do que a que tem em relação ao povo pobre e oprimido do Oriente Médio, uma vez que qualquer reação dos EUA contra a Al Qaeda atingiria inevitavelmente, como atingiu, a população pobre do Afeganistão. A propósito, Chomsky afirma que as ações da Al Qaeda nos últimos vinte anos já causaram um enorme dano às populações pobres e oprimidas da região, que não são levadas em consideração pelas redes terroristas.

Noam diz que Osama bin Laden “muito provavelmente” jamais ouviu falar em “globalização”. Nesse entendimento cita jornalistas como Robert Fisk que realizaram entrevistas mais aprofundadas com bin Laden. Segundo esses jornalistas, bin Laden, bem como outros radicais islâmicos, não conhece coisa alguma sobre o mundo e não faz a mínima questão de conhecer.

O que bin Laden conhece, no entendimento de Chomsky, são os reflexos da política internacional norte-americana de apoio ao estabelecimento de ditaduras no Oriente Médio, como a Saddam Hussein do Iraque - que posteriormente se rebelou contra o criador -, mesmo que ele devaste sociedades inteiras ou cometa as piores atrocidades contra etnias, como foi o caso do bombardeio de gás contra os curdos, em 1998. Esse é o discurso que bin Laden veicula em transmissões por todo o Oriente Médio e que é imediatamente compreendido e assimilado por todos os povos oprimidos da região, mesmo entre aqueles que o desprezam.

Não foi sem propósito que os Talibãs, a então classe dirigente do Afeganistão, apesar de seu fundamentalismo religioso, foi bem recebida pela população afegã. A oposição armada ao regime do Talibã, a Aliança do Norte, partidários dos antigos dirigentes afegãos e tão ardorosamente apoiados por russos e norte-americanos, é um grupo composto de uma “coleção de senhores da guerra” que representa um histórico de destruição e terror.

Noam Chomsky, assim como Leonardo Boff, credita a existência no Oriente Médio de estados governados por títeres e emires extremamente reacionários, principalmente, aos EUA que, em conjunto com as potências ocidentais, sempre têm defendido as ditaduras, produzindo amargura, desencanto e toda uma reserva de ódio que são potencializados pelas redes terroristas atuantes na região.

Os atentados de 11/9, apesar de não ter sido essa a intenção dos terroristas, propiciou ao governo dos EUA e sua base de apoio econômico e político a possibilidade de acelerar a sua agenda particular de militarização, de diminuição dos programas social-democratas e, obviamente, segundo Chomsky, das preocupações quanto aos efeitos mais nocivos da “globalização” corporativa e das questões ambientais. O governo de George W. Bush aproveitou a oportunidade para institucionalizar medidas que intensificam a transferência de riqueza para uma parcela muito pequena da sociedade, eliminando qualquer debate público e toda a forma de oposição.

É interessante registrar que Noam Chomsky não concorda com o fato de que os EUA sejam uma vítima inocente dos atentados de 11/9, porque isso exigiria ignorar o histórico de suas ações e de seus aliados. Mas, por outro lado, entende que os atentados nada têm a ver com a globalização da economia. Para ele as razões são outras. A tendência norte-americana em considerar Osama bin Laden e

sua rede terrorista como o “Grande Mal”, é conveniente e mais fácil do que buscar compreender o que está por trás dos atentados. Além disso, há sempre a propensão humana em ignorar o papel desempenhado por si mesmo em um determinado fato.

Noam Chomsky define os EUA como “*estado líder do terrorismo*”, até por ter sido o único país que já foi condenado por terrorismo internacional - ou por uso ilegal da força com objetivos políticos -, pela Corte Mundial. Os governos norte-americanos têm, sistematicamente, apoiado e até mesmo cometido atos de terrorismos contra os seus inimigos, tais como os atentados à Nicarágua e a Beirute, ambos durante o governo de Ronald Reagan, que causaram mortes de civis - ataques a alvos *soft* (civis indefesos, cooperativas agrícolas e postos de saúde em lugar do exércitos regulares - se enquadram perfeitamente na definição internacional de terrorismo. Outros exemplos são o apoio da administração de Bill Clinton ao massacre da Turquia contra as populações curdas o sistemático apoio às atrocidades cometidas por Israel contra os palestinos e a destruição das instalações farmacêuticas de Al-Shifa no Sudão.

Por outro lado, Chomsky afirma que Osama bin Laden é bem claro quanto a seus objetivos em todas as suas entrevistas a ocidentais e orientais. Seu alvo principal é a Arábia Saudita e outros regimes considerados corruptos e repressores do Oriente Médio, nenhum dos quais realmente “islâmicos”. Sua rede tem, ainda, a intenção de apoiar mulçumanos que estejam de defendendo contra infiéis, onde quer que se encontrem. Assim, eles têm o propósito de expulsar os americanos de solo árabe, assim como expulsaram os russos e os britânicos do Afeganistão mulçumano. A permanência de base norte-americanas na Arábia Saudita se configura em uma heresia contra o islamismo pelo fato de que em território saudita estão localizadas as principais cidades sagradas do Islã.

O apelo de bin Laden, que congrega os povos adeptos do islamismo, é no sentido da derrubada dos regimes brutais, corruptos e repressores do mundo árabe, e a sua substituição por regimes islâmicos ortodoxos.

Para Chomsky, quando os intelectuais do ocidente apontam “*causas mais profundas*” para os atentados de 11/9, tais como o ódio contra os valores ocidentais e o progresso, estão, na verdade, tornando irrelevante, superficial e insignificante as “*questões sobre a origem do próprio Osama bin Laden e sua*

rede terrorista Al-Qaeda, assim como as práticas e atos que levaram à disseminação do ódio, do medo e do desespero por toda a região do Oriente Médio, gerando um reservatório de ressentimentos contra os EUA, do qual as células islâmicas terroristas podem se abastecer”.

Também, para o autor, não faz sentido se considerar que os atentados de 11/9 são a manifestação de um “*choque entre duas civilizações*”, até porque dois dos maiores estados islâmicos, a Indonésia e a Arábia Saudita - este o mais extremado estado fundamentalista depois do Afeganistão -, são aliados e apoiados do e pelo EUA.

Osama bin Laden e o regime fundamentalista Talibã que governa o Afeganistão foram resultado de uma ação conjunta da Arábia Saudita, do Paquistão, da Inglaterra e dos EUA com o objetivo de causar o maior dano possível aos soviéticos no Afeganistão. Esses esforços conjuntos “*destruíram um regime moderado [mas não menos violento] e criaram um substituto do tipo fanático, a partir de grupos afoitamente financiados pelos [norte] americanos*” conforme observa Simon Jenkins no *New York Times*. Assim, esse ódio contra os infiéis nada mais seria do que a maneira de se expressar de radicais islâmicos mobilizados pelos EUA que agora se dirigem ao próprio Estado norte-americano e seus aliados.

Chomsky insiste em dizer que os atentados de 11/9 não são uma consequência direta da política norte-americana. São consequência indireta, uma vez que a Al-Qaeda e seus atos de terrorismo têm origem na “*arapuca afegã*” armada pelos EUA contra os soviéticos em solo afegão.

Paralelamente às explicações sobre as origens dos atentados de 11/9 e suas possíveis consequências, Noam Chomsky tece um conjunto de comentários sobre o curso das informações no decorrer da cobertura dos atentados e suas consequências. Para ele, a restrição à informação em países com os EUA dificilmente tem suas origens no governo. O que mais acontece é a autocensura, o que reforça seus comentários iniciais da existência de uma auto-adulação e apoio desprovido de senso crítico ao poder por parte da mídia norte-americana, com raríssimas exceções. A esse respeito podemos ver a análise do noticiário brasileiro veiculado nos principais periódicos, e por consequência do norte-americano, feita por pelo jornalista Carlos Dorneles, já anteriormente comentado. Existe, no

entanto, um esforço norte-americano para restringir o livre fluxo de informação no exterior.

Os EUA fizeram um esforço junto ao emir do Qatar para silenciar a Al-Jazeera, canal de noticiários via satélite baseada naquele emirado. A Al-Jazeera foi a única emissora internacional a manter repórteres dentro do Afeganistão, na parte controlada pelo Talibã. Além disso, foi a única fonte que não sofreu autocensura e que transmitiu um enorme volume de importantes notícias para todo o mundo árabe.

A Era do Terror: o mundo depois de 11 de setembro

Este é um livro editado (Editora Campus, 2002) após os atentados de 11/9 e que, sob a coordenação de Nayan Chanda e Strobe Talbott, ambos diretores do Centro [da Universidade] de Yale para Estudo da Globalização, nos EUA, reuniu ensaios de quatro historiadores, um diplomata de carreira, um professor de direito, um cientista político e uma especialista em biologia molecular.

Conforme declaração dos editores na “orelha” da contra-capla, *“a hipótese de trabalho desse livro é que o imperdoável nem por isso deixa de ser compreensível e explicável”*. Entretanto, não podemos deixar de observar que Chanda e Talbott, na Introdução, ressaltam que o *“Presidente Bush fez questão de internacionalizar o sentimento de ultraje e determinação de seu país: Esta luta é do mundo. É a luta da civilização”*, seguindo de: *“Aqueles de acolhem terroristas são terroristas da mesma forma; quem ajuda e apóia terrorista, é um terrorista - será tratado como tal”*.

Ainda na Introdução, os dois organizadores tratam da inadequação da aplicação dos conceitos de terrorismo ou de guerra para qualificação dos atentados. No primeiro caso, a inadequação é devido à total falta de precedente na história norte-americana, bem como pelo número elevado de vítimas. No segundo caso, por não ser, em hipótese alguma uma disputa civil dentro de uma nação ou a violência sistemática cometida por um Estado ou aliança contra outro. Na percepção dos autores, os ataques de 11/9 demonstraram de forma irônica que quanto mais eles se dedicavam à compreensão dos princípios organizadores do

mundo antigo, menos prontos eles estavam para entender esse novo mundo.

Para eles, esses atentados tinham uma característica diferente da dos anteriores. Osama bin Laden e sua organização, a Al-Qaeda, não haviam hasteado nenhuma bandeira e “*seus guerreiros pareciam inspirados, não dissuadidos, pela perspectiva de suas próprias mortes causticantes*”. Afirmam os organizadores que a inspiração desses terroristas tinha a ver com uma das maiores religiões do mundo. Foram movidos não só pela raiva e ódio, mas por uma versão grotesca da fé islâmica.

Talboltt e Chanda entendem que a globalização encontrou um arquiinimigo em Osama bin Laden que é também, de maneira mortalmente eficaz, um mestre de suas ferramentas técnicas, referindo-se à transformação de aviões a jato de passageiros de alta tecnologia e de estiletes, instrumentos de baixa tecnologia, em armas de grande poder de destruição e terrorismo, bem como ao proveito que os terroristas tiraram da liberdade propiciada pela globalização de movimentar pessoas, idéias, produtos, informações, recursos através de fronteiras. Na visão dos organizadores dos ensaios, a globalização envolve integração e inclusão, enquanto que a meta de bin Laden e de seus cúmplices era a separação e a expulsão. Teriam eles escolhido os EUA por ter sido a nação que mais impulsionaram e mais se beneficiaram da globalização: o alvo era a globalização em si.

Em resumo, os terroristas transformaram a abertura e a mobilidade, vantagens da nação norte-americana, em vulnerabilidades que utilizaram em proveito próprio na execução de seus objetivos. O sentimento de medo se instalou entre os norte-americanos de uma forma nunca antes sentida.

Entretanto, a proposta de George W. Bush de cunhar uma nova guerra entre o bem e o mal, ficando de um lado os ocidentais e do outro o Islã não era tão simples de ser tratada. Mesmo bin Laden e sua Al-Qaeda foram criados ainda durante a Guerra Fria, quando os EUA, seguindo a política “*o inimigo do meu inimigo é meu amigo*”, se haviam valido do Afeganistão para enfrentar a URSS e a Arábia Saudita, sua aliada, professa o fundamentalismo islâmico.

Segundo os organizadores, bin Laden pretendia, de imediato, “*aguilhoar populações mais perto de onde ele estava - e instigá-las não só contra o Grande Satã, mas também contra seus próprios governantes totalitaristas, corruptos e*

assustados”. Osama bin Laden pretendia, ainda, dar um novo ímpeto à polarização do mundo, agora não mais entre capitalismo e comunismo, mas entre crentes (segundo sua própria versão do Islã) e infiéis.

Com o objetivo de explicar e entender as motivações, desdobramentos e contradições que os ataques de 11/9 suscitavam é que foram reunidos os ensaios dos oito pensadores já citados. Para objetivo deste trabalho serão analisados quatro dos ensaios produzidos, uma vez que compreender e explicar constitui a essência do ofício dos historiadores: John Lewis Gaddis , Abbas Amanat, Paul Kennedy e Niall Ferguson.

E essa agora: lições da antiga era para a próxima

John Lewis Gaddis, professor de história na Universidade de Yale, em Connecticut nos EUA, assegura que o colapso das torres do *World Trade Center* terá um impacto tão profundo quanto a queda do Muro de Berlim. No seu entendimento, o período pós-Guerra Fria, iniciado em 9 de novembro de 1989, se encerra com os atentados de 11/9.

O mundo caminhava em um período de paz e não havia sinais de qualquer causa definida para os ataques de 11/9, e não houve qualquer tipo de alerta. Sendo assim, para Gaddis os atentados foram *“um ato de maldade, e não há ressentimento, real ou imaginado (por mais intenso ou aceito que seja), que possa desculpa-lo”*. Ainda assim, depois de do 11/9 é preciso e necessário repensar a forma como os EUA encaram suas responsabilidades na década que sucedeu ao fim da guerra fria e, principalmente, as suas políticas de defesa nacional. Essa é precisamente a primeira conclusão que Gaddis extrai dos eventos de 11/9: a de que *“a posição geográfica e o poder militar dos EUA não são suficientes para garantir sua segurança”*.

Os ataques terroristas quebram o paradigma da segurança nacional que até então configurou as forças militares e de inteligência, segundo o qual as ameaças e vulnerabilidades permaneciam fora do território norte-americano. Após 11 de setembro de 2001, os EUA passaram a adotar o conceito de “segurança interna” como sinônimo de “segurança nacional”, inaugurando para os norte-americanos uma nova fase de sua história, na qual a segurança deixou de ser certa e gratuita -

em todos os lugares e momentos.

Segundo Gaddis não só os ataques em si contribuíram para a construção desse novo conceito de “segurança nacional”, mas, principalmente, as suas condições e características que conjugaram a crença primitiva da recompensa com o martírio professado pelos terroristas, com avançados métodos de planejamento, coordenação e execução, e com o uso de uma combinação de artigos da vida cotidiana como armas: canivetes, barbantes, estiletes e aviões. Ou seja, categoria de armamentos de fácil obtenção e uma nova combinação de competências e vontade de aplica-las a favor do terrorismo, com baixo custo e alto desempenho.

A política externa desenvolvida pelos EUA no pós-guerra fria, no entender de Gaddis, serviu aos interesses norte-americanos de maneira insuficiente, uma vez que a segurança nacional requer mais do que a mera distribuição de forças militares, exigindo a criação de um ambiente internacional favorável. Essa era, entretanto, a tendência do mundo pós-colapso da URSS de convergir para um consenso em torno dos valores norte-americanos, levando o então presidente George H. W. Bush [pai do atual presidente norte-americano] a cunhar o termo “*nova ordem mundial*” para caracterizar o início de uma era marcada pela paz, democracia e prosperidade.

Gaddis reconhece que o mundo de 2001 não era tão amigável para com os interesses norte-americanos quanto o de 1991, mas não atribui aos EUA a exclusividade por essa mudança, responsabilizando outros atores, entre os quais cita Saddam Hussein, do Iraque, e Slobodan Milosevic, da Sérvia. Para ele, entretanto, é um dever reconhecer que há necessidade de revisão das prioridades da política externa norte-americana e revê-las, principalmente sob as perspectivas do unilateralismo, do cultivo das relações com as grandes potências, do equilíbrio entre justiça e ordem do mundo, das justiças regionais, da aplicação do modelo econômico neoliberal e das vantagens e dos perigos da globalização.

Na visão do autor, o unilateralismo professado pelos EUA adveio do que ele conceitua como “*risco ocupacional que ronda as superpotências quando são únicas sobreviventes de sua espécie*”. Para ele, os EUA conseguiram evitar esse resultado, liderar sem ouvir, após sua vitória na Segunda Guerra Mundial por que tinha na URSS uma superpotência concorrente. A análise que Gaddis faz sobre as relações internacionais norte-americanas desse período elucida bem o seu

posicionamento nacionalista:

“Nossos aliados, e mesmo nossos antigos adversários, toleravam certo grau de arrogância de nossa parte porque sempre havia ‘algo pior’ lá fora”. Por sua vez, temendo que eles nos abandonassem ou ruíssem, nós os tratávamos com maior deferência do que eles talvez esperassem, dados os desequilíbrios de poder da época”.

Esse unilateralismo em conjunto com as dificuldades internas de alinhamento entre as ideologias partidárias do governo e do congresso norte-americanos levou os EUA a se afastarem e se posicionarem contrários à discussão da pauta internacional relativas ao Tribunal Criminal Internacional, ao Tratado de Banimento de Testes Nucleares, da Convenção de Ottawa sobre minas terrestres e do Protocolo de Kyoto sobre Mudanças Climáticas, gerando insatisfação tanto de nações amigas quanto inimigas.

Em parte em decorrência desse unilateralismo os EUA negligenciaram o cultivo das relações com as grandes potências que desaguou em uma política isolacionista que buscou a justiça em detrimento da ordem. Ainda assim, a justiça buscada, principalmente a regional, careceu de consistência e de um plano estratégico de amparo aos interesses dos EUA. Essa atitude gerou, na análise de Gaddis, uma lacuna entre os princípios norte-americanos e suas práticas: proclamavam aqueles desvinculados destas. As decepções geradas pela existência dessa lacuna entre teoria e prática, conforme Gaddis, deram espaço ao discurso de bin Laden, principalmente no Norte da África, Oriente Médio e Ásia.

A adoção e disseminação do modelo neoliberal como uma solução para todos os problemas econômicos do planeta não leva em consideração as diferenças das condições regionais e nem os seus efeitos em termos de geração de desigualdade. Assim, foi natural que os EUA fossem responsabilizados, em grande parte do mundo, pelas iniquidades geradas pela globalização do capitalismo.

Os atentados de 11/9 demonstraram que junto com as vantagens da globalização tão bem defendidas pelos EUA estão os perigos inerentes à livre movimentação entre fronteiras de recursos, mercadorias, idéias e pessoas. *“Foi uma das grandes lições do 11 de setembro: os próprios instrumentos da nova ordem mundial - aviões, liberalidade nas políticas de imigração, facilidade na transferência de dinheiro e até o multiculturalismo em si - podem ser voltados contra ela”.*

Em resumo, Gaddis entende que essas perspectivas, ou deficiências da política

externa estão interligadas por uma falha na visão estratégica, na incapacidade do governo de George W. Bush de ver como os vários aspectos de uma política combinam-se formando um todo. “Os atos têm conseqüências: para cada ação haverá uma reação, cuja natureza nem sempre será possível prever. (...) É preciso refletir sobre as implicações de tais assimetrias para a relação entre fins e meios, o que é sempre o problema central da estratégia”.

Na visão de Gaddis, se essas deficiências na política externa dos EUA geraram condições de insatisfação geral, os atentados de 11/9 criaram condições para a revitalização do grande consenso de poder que se deteriorou em 1991 em torno dos valores norte-americanos, ainda que particularizado na guerra contra o terrorismo, em versão ampliada pela participação dos EUA, da União Européia, Rússia, China e Japão. Para manter essa coalizão será necessário tolerar a diversidade em seu âmago, fazendo concessões e acordos em detrimento da prática do unilateralismo pelos EUA.

“Teremos de definir nossos aliados em termos mais de interesses comuns do que de valores compartilhados. Teremos de ser mais condescendentes do que gostaríamos na promoção dos direitos humanos e mercados abertos, bem como na escrupulosa observância dos procedimentos democráticos”.

Gaddis, em seu ensaio, credita parte da responsabilidade pelos atentados de 11/9 à política externa norte-americana praticada até aquela data. A outra parte ele credita, sem comentar, à existência de outros atores que se opõem ao exercício da democracia. Propõe ainda, alternativa ao governo norte-americano no sentido da retomada do equilíbrio do mundo.

O poder pela violência: a reinvenção do extremismo islâmico

Abbas Amanat é presidente do Conselho de Estudos sobre o Oriente Médio da Universidade de Yale, em Connecticut nos EUA. Para ele os atentados de 11/9, uma mensagem de violência de bin Laden, “*revelam muito sobre o inegável e alarmante crescimento do extremismo religioso no mundo mulçumano, tendência intimamente relacionada à torturada experiência histórica da transição para a modernidade [no Oriente Médio]*”. Entretanto, para eles esse extremismo não pode ser compreendido de uma perspectiva isolada de problemas mais amplos e

profundos tanto do próprio Oriente Médio quanto da essência da política ocidental - e norte-americana - com relação à região.

Para o autor a existência de terroristas no Oriente Médio, do tipo dos que perpetraram os atentados aos EUA, e do regime Talibã é o resultado final de uma falha arraigada na própria estrutura do Afeganistão. O Afeganistão foi recriado como país para servir de “amortecedor” entre a rivalidade da Rússia com a Inglaterra, ainda no século XIX, sobre diferentes etnias, idiomas, vassalagens tribais, credos religiosos e experiências culturais e históricas. Esse caldo cultural somente foi “unificado” no final do século XX sob o domínio do rígido Talibã. O Afeganistão refletiu nesse período *“a dolorosa história de grande parte do mundo mulçumano pós-colonial, exibindo os extremos da militância religiosa que assoma no horizonte de tantas sociedades islâmicas”*.

Por outro lado, esse extremismo islâmico com seu pendor para a provocação, ressentimento e violência, do qual o Talibã é uma das faces, segundo Amanat, tem origem na história recente do Oriente Médio. Trata-se de uma região que nos últimos cento e cinquenta anos enfrentou uma quantidade enorme de guerras, das quais três foram contra potências ocidentais e cinco contra Israel. Esse período foi marcado, ainda, pelo encontro entre o declínio da cultura mulçumana e a expansão ocidental e sua sede de dominação. A propósito do conflito com o Estado sionista, Amanat afirma que tem sido confortável para o mundo mulçumano fortalecer o mito de que centenas de milhões de árabes têm sido incapazes de derrotar Israel em virtude da proteção de potências ocidentais.

A região do Oriente Médio é caracterizada por alto índice de natalidade, distribuição assimétrica da riqueza, altas taxas de desemprego, corrupção desenfreada, burocracias ineficientes e problemas ambientais e de saúde. Esse quadro, na visão do autor, influencia toda uma geração de jovens mulçumanos que percebem a diferença entre seu mundo e o glamour do ocidente, do qual a indústria cinematográfica hollywoodiana é a maior divulgadora. Os governos locais, com suas ditaduras arraigadas, economias falidas, instituições democráticas arruinadas e retóricas nacionalistas ocas, contribuem para piorar essa percepção das novas gerações mulçumanas.

Um outro fator, no entender de Abbas Amanat, que contribui para aumentar esse cenário, é a percepção da presença diplomática, militar e econômica das

grandes potências, vinculando ao Ocidente o destino do Oriente Médio. As potências ocidentais estiveram envolvidas ou foram percebidas estando por trás da maioria das crises políticas da região, quer seja pelo petróleo, pelo apoio dado a Israel ou por alguma outra estratégia.

É nesse cenário que o espaço familiar e reconfortante do fundamentalismo islâmico - com orações diárias, sermões as sextas-feiras, grupos de estudos do Alcorão e caridade islâmica - surge como uma alternativa para as gerações mais jovens. Por outro lado, a resistência à fundação do Estado sionista, ofereceu ao mundo árabe um ponto de convergência de grande poder simbólico não conseguido pelo pan-arabismo proposto por Gamal Abdel Nasser, presidente egípcio dos anos 1950 e 1960. *“Do ponto de vista do nacionalismo árabe, o sionismo não era apenas mais uma forma de nacionalismo originada no século XIX, mas um projeto elaborado pelo Ocidente com o objetivo de perpetuar a presença imperial e proteger seus interesses velados na região - mais recente manifestação de séculos de hostilidades em relação aos povos mulçumanos”.*

Na análise de Amanat, o espírito de solidariedade islâmica - radical na política, monolítico na abordagem e rebelde em relação ao Ocidente - foi iniciado pela revolução iraniana de 1979, sob a liderança dos aiatolás. Os revolucionários iranianos, a custo de propaganda que demonstrava o caminho para um islã autêntico e universalista e uma retórica antiimperialista, conseguiram derrubar o Xá e o poderoso regime Pahlevi, a despeito de seu vasto arsenal militar, programa de secularização e sustentação ocidental. O Aiatolá Khomeini rotulou os EUA como o “Grande Satã” por seu apoio ao regime Pahlevi e aos demais governantes pró-ocidentais que gorvenavam o Oriente Médio.

“A guerra Irã-Iraque de 1980-88 estabeleceu com firmeza ainda maior o apelo do paradigma do martírio, há muito profundamente arraigado no Islã Shi’a”. O *jihad* apocalíptico entre as forças da verdade e as da falsidade entendia que estava defendendo seu país, o Irã, ao mesmo tempo em que exportava a revolução. O “paradigma do martírio” foi absorvido pelos xiitas revolucionários do grupo libanês Hezbollah e pelos palestinos integrantes do Hamas e do Jihad Islâmico, na sua luta suicida contra os judeus.

Abbas Amanat identifica nessas experiências o aparecimento de líderes radicais como Osama bin Laden e Ayman al-Zawahiri, seu lugar tenente. Suas

inspirações radicais provêm, ainda, da influência da Sociedade dos Irmãos Mulçumanos, um movimento *wahabbita* iniciado em fins do século XVIII. “A doutrina central do wahabbismo era um retorno ao caminho dos ‘ancestrais vitoriosos’, uma tendência doutrinária que durante séculos estimulava a adesão estrita a princípios puritanos [fundamentalistas]”.

O fundamentalismo islâmico propicia condições para que no Afeganistão se instale um movimento de resistência contra as forças de ocupação soviéticas a partir da união de ativistas de todas as facções mulçumanas em torno de uma causa comum. Nesse contexto, os EUA com seu apoio militar e treinamento aos *mujahidin* configuram, no entender da Amanat, como ação marginal apoiadora e não determinante da formação do extremismo que mais tarde, em 11 de setembro de 2001, vai resultar em atentados contra os EUA. Ou seja, Osama bin Laden e seus seguidores existiriam independentemente do Ocidente. Bin Laden pretendia lançar as bases de um Estado Islâmico universalista, recorrendo, se necessário, ao uso da violência, baseado na estrutura clássica do califado: uma espécie de feudalismo teocrático.

A revolta de Osama bin Laden contra os EUA vai ocorrer a partir da Guerra do Golfo, quando os norte-americanos instalam bases militares permanentes em solo árabe, local das cidades sagradas do Islã, contrariando, na visão de bin Laden, os rígidos ensinamentos do islamismo *wahabbita*. O abandono dos *mujahidin* afegãos após a retirada soviética do solo afegão e a determinação dos EUA em limitar sua ação militar à expulsão dos iraquianos do Kuwait, demonstrou para muitos mulçumanos, no entender de Amanat, a hipocrisia dos norte-americanos menos preocupados com as causas islâmicas do que com a defesa de seus interesses na região, principalmente quanto à garantia de continuidade do fornecimento de petróleo.

Após a expulsão dos soviéticos do Afeganistão, os Talibãs, estudantes da religião que haviam sido organizados com o fervor do *wahabbismo* como força de combate para o *jihad*, chegou a poder em face da lacuna política decorrente da guerra civil afegã. O regime que se instalou, então, encarnando todo o *wahabbismo*, reviveu e impôs uma rígida ordem patriarcal, extremamente hostil às mulheres. “Em nome do expurgo do sectarismo no Afeganistão e do fim da guerra civil, o Talibã converteu o país em uma fortaleza miserável, cujo povo

sofria de inanição e isolamento”.

Foi dentro desse contexto que Osama bin Laden, ao chegar ao Afeganistão, lançou uma norma religiosa (*fatwah*) determinando que todos os muçulmanos matassem americanos como dever religioso. Com essa *fatwah* e a fusão da Al-Qaeda com o Jihad Islâmico, liderado por Ayman al-Zawahiri, e outras organizações terroristas, bin Laden ampliou drasticamente sua capacidade de promover a devastação através do terrorismo.

As organizações terroristas lideradas por Osama bin Laden, com a manipulação de rancores e símbolos e uma retórica que confronta a América pagã com o islã autêntico, vem angariando simpatia e aceitação de amplos e diversos setores, com recrutamento de jovens insatisfeitos com suas condições sócio-econômicas, entre eles integrantes da nova geração de classe média árabes educadas no Ocidente.

“Ele [bin Laden] e seus companheiros eram homens de recursos mundanos, capazes de valer-se de modelos de administração de empresas para gerar receita, investir capital no mercado, criar uma liderança disciplinada, recrutar voluntários, incorporar outros grupos extremistas, organizar e manter novas células, emitir ordens e comunicar-se através de uma rede franqueada de unidades semi-autônomas em escala global”.

Para Amanat, os dilemas da inconsistência da política externa norte-americana em relação ao Oriente Médio forneceram ao Al-Qaeda armas para apelar para a frustração e raiva da maioria dos muçulmanos. Basta contrastar o cenário decorrente do confronto de palestino com as forças de segurança israelenses apoiadas pelos EUA: são bloqueios das estradas e revistas humilhantes, estrangulamento da economia e aumento da pobreza, campos de refugiados cheios de entulhos, e limpos assentamentos israelenses com pomares tomados aos palestinos. “*A audácia dos colonos judeus, a arrogância dos políticos israelitas, os tanques, helicópteros e jatos de caça rugindo nos céus, os ataques noturnos, as detenções e freqüentes violações dos direitos humanos - tudo isso provoca sentimentos intensos de raiva e frustração*”.

Todo esse desconforto e ódio são canalizados para a violência do terrorismo islâmico no seu *jihad* contra israelenses e ocidentais, principalmente os norte-americanos. A propaganda anti-semita e anti-sionista é permitida pela maioria dos regimes repressivos que governam os países árabes do Oriente Médio, com forma de manter a sua própria estabilidade. Trata-se, no entendimento do autor, do uso de uma retórica hipócrita de segurança nacional pelos governantes árabes, como

um impedimento à difusão da democracia em seus próprios países. Diante dessa propaganda, a *“opinião pública árabe acredita que o lobby judaico nos EUA é o único determinante da política norte-americana na região, não diferenciando a política externa dos EUA e o abuso dos palestinos por Israel”*

As referências simbólicas exploradas por Osama bin Laden contrapõem de forma aguda às virtudes islâmicas de rigor moral, auto-sacrifício, fraternidade e piedade, com as “corruptoras influências” norte-americanas, associadas aos piores estilos de vida dos EUA difundidos pelo planeta, tais como a promiscuidade, a ostentação de riqueza, o crime organizado, violência aleatória, uso de drogas, glotonaria e desperdícios. Esse confronto conforta o espectador mulçumano ao fornecer explicações para o funcionamento inadequado de seus próprios governos.

Para Abbas Amanat, não são os EUA ou, especificamente, as declarações do governo de George W. Bush, que incentivam e impulsionam o acirramento entre o Ocidente e o Islã. Aliás, o governo dos EUA fez um esforço de convencer o mundo, principalmente o islâmico, de que a campanha foi contra bin Laden, a Al-Qaeda e o terrorismo e não contra o islamismo. O autor entende que esse confronto é a base de sustentação da retórica de bin Laden na defesa de suas convicções de instalação de um estado islâmico fundamentalista e universal.

Entretanto, no entendimento do historiador, devido serem os EUA, como superpotência remanescente, os principais beneficiários diretos dos recursos disponíveis de energia e valor estratégico existentes no Oriente Médio, eles não podem ser furtar a rever suas responsabilidades em relação ao mundo mulçumano, buscando outras formas de solução dos profundos problemas da região que não sejam pelo uso da força militar, diplomacia fisiologista e sustentação de regimes opressivos, ainda que pró-ocidentais. Ao agir de acordo com uma política externa inconsistente, os EUA se contradizem em relação aos seus próprios preceitos democráticos de liberdade de discurso e representação popular, bem como quanto às apregoadas garantias das liberdades individuais e civis.

Em resumo, Abbas Amanat identifica as origens do extremismo islâmico na experiência mulçumana com o colonialismo e suas conseqüências, bem como nas paixões antiamericanas da revolução iraniana e sua celebração ao martírio.

A manutenção do poder americano: da ferida à

recuperação

Paul Kennedy, historiador inglês formado na Universidade de Newcastle e na de Oxford na Grã-Bretanha, e na de Bonn na Alemanha. É professor de história e diretor de Estudos de Segurança Internacional da Universidade de Yale, em Connecticut nos EUA. Autor de vários livros, entre eles *“Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000”*, uma obra de grande envergadura onde o autor analisa como a interação das forças econômicas e militares governa o progresso das nações.

A história está repleta de exemplos de nações bem estabelecidas, com poderosos exércitos, humilhadas por outras nações de menor poder de fogo, que depois de cambalearam por algum tempo, conseguiram se recuperar. Parece ser este o ponto de vista inicial do autor.

Para ele a perplexidade que assola os norte-americanos após os atentados de 11/9 de assemelha à dos ingleses quando o Império Britânico, no auge do seu apogeu, foi afrontado e humilhado na África do Sul por um bando relativamente pequeno de tropas africânderes irregulares: *“Aos olhos dos ativos ingleses, pareciam fazendeiros barbados e maltrapilhos, que faziam oposição ferrenha ao ‘progresso’ de fins da era vitoriana e às tendências ao que hoje se chama de globalização”*. Mas essa analogia não é verdadeira, uma vez que os atacantes foram intrusos sofisticados, munidos de instrumentos americanos para infligir danos e baseados nos próprios EUA.

Qualquer que seja a origem dos atentados de 11/9, o fato é que os EUA são a maior potência mundial que tendo um vigésimo da população do planeta, são responsáveis por um terço da produção total do mundo e por um terço do total de gastos com defesa de todos os 190 países do planeta. Assim, o grande desafio norte-americano no século XXI será o de construir estratégias que lhe assegurem a manutenção dessa hegemonia, seja ela decorrente do poderio militar, da competência diplomática ou da sua competitividade produtiva, diante de riscos tradicionais ou de ameaças terroristas de um inimigo semelhante a uma “ameba” que ataca a partir do interior e através de instrumentos civis, de forma descentralizada e espectral, como a Al-Qaeda de Osama bin Laden. Para esse tipo de inimigo as atuais estratégias e táticas não são suficientes. É necessário que sejam repensadas pelos governantes norte-americanas.

A principal deficiência das defesas norte-americanas para enfrentar esse tipo de inimigo, segundo Kennedy, é a permeabilidade das fronteiras dos EUA e a mobilidade e abertura da própria América. São perigos assimétricos em relação ao poderio das estruturas defensivas norte-americanas, mas que visam penetrar e enfraquecer as bases do estilo de vida norte-americano e ocidental e que são capazes de abalar a economia, exaurir e difundir o medo.

O segundo ponto a ser revisto, enquanto estratégia, é a capacidade da América de sustentar a longo prazo o seu crescimento econômico, tanto em termos absolutos quanto relativos, uma vez que o resultado da perda da competitividade econômica pode resultar, a médio prazo, o aparecimento de potências econômicas concorrentes capazes de colocar em cheque o poderio norte-americano. Essa estratégia aponta para a necessidade de ampliar o papel do Estado norte-americano em desacordo com o que preceitua a ideologia neoliberal que os EUA preceituam para os demais países do mundo. São demandas sobre os custos de saúde e de seguranças públicas decorrentes do envelhecimento da população, sobre a necessidade de investimento na educação, infra-estrutura e ambiente além da pressão exercida pelos objetivos externos, tais como novos custos de segurança, diplomacia, auxílio estrangeiro, etc.

O autor faz restrição à disseminação e aplicação do neoliberalismo, com seu livre mercado e *laissez-faire*, por todas as nações do mundo, uma vez que ao melhorar de forma geral a qualidade de vida da humanidade representará a ameaça real à posição econômica dos EUA. Para ele, a velha máxima de que a vitória é dos mais fortes continua válida. Além disso, a transição de economias atrasadas para o capitalismo neoliberal gera vencedores e perdedores individuais - países e empresas - que podem ameaçar a estabilidade do tecido social e político. Quando isso acontece, a opinião pública das economias em crise passa a perceber a modernização como uma ameaça e um sinônimo de americanização, culpando os EUA pelos custos sociais e políticos da integração econômica.

De certa forma, o que o autor está dizendo é que existe um confronto latente entre os economistas neoliberais e sua defesa de um mundo sem fronteiras, uma vez que as economias tradicionais estão perdendo importância diante das grandes corporações multinacionais reduzindo a importância relativa dos estados, e os estrategistas que analisam a distribuição nacional e internacional de poder. Estes

defendem que é *“justamente a distribuição relativa de força e influência que se encontra no cerne da compreensão da política mundial e de toda a dinâmica da ‘ascensão e queda das Grandes Potências’ ao longo dos séculos”*.

Os EUA há vinte anos, pareciam estar percorrendo esse caminho de redução de sua importância relativa no mundo devido ao enfraquecimento de sua economia. Essa tendência preocupante, segundo Kennedy, foi revertida pelo colapso da URSS, o enfraquecimento do Japão e a notável recuperação da competitividade industrial norte-americana.

O paradoxo, na visão do autor, é que a adoção de uma política externa democrática e responsável pelos EUA em relação aos demais países, com elevação das demais economias ao patamar de prosperidade da economia norte-americana significa a derrota desta, não obstante, conforme conceituação do próprio autor já citada, a globalização é um processo em andamento que dificilmente poderá ser controlado. *“O gênio saiu da lâmpada, e coloca-lo de volta provavelmente a quebraria”*.

O terceiro ponto que deve ser repensado, na opinião de Paul Kennedy, é a política de unilateralidade que vinha sendo adotada por George W. Bush em seus primeiros meses de governo. A guerra contra o terrorismo e a fragilidade das relações norte-americanas com o mundo muçulmano, principalmente, exigirá a presença de uma diplomacia inteligente em um lugar de especial valor. Além disso, exigirá o estabelecimento de parcerias com os demais membros da ONU, em especial aqueles com poder de barganha econômica ou militar, no sentido de concessões mútuas.

A propósito, a despeito dos entendimentos e análises do autor, a invasão do Iraque nos primeiros meses de 2003 demonstrou que os EUA exacerbaram na sua política de unilateralidade, baseados na sua hegemonia econômica e militar e ignorando a posição contrária de várias nações do mundo e de parte do público interno e, principalmente, do Conselho de Segurança da ONU que colocou em cheque a existência e a função da própria Organização das Nações Unidas.

O autor considera, ainda, que a política externa norte-americana é outro ponto que deve ser repensada por ser dúbia e inconsistente. Tanto aceita os maus tratos impostos por grandes potências às suas minorias étnicas e religiosas - no caso da Rússia na Chechênia e da China no Tibet e em Xinjiang -, como aceita como

parceiros e aliados governos reconhecidamente autoritários, dentro da política proverbial árabe de que “o inimigo do meu inimigo é meu amigo”.

Não obstante suas defesas quanto à manutenção da “*América como a Número Um*”, o autor aponta para o fato de que, apesar de haver recursos suficientes - militares, econômicos, tecnológicos, diplomáticos e intelectuais - para a preservação do lugar norte-americano, é possível, com uma estratégia adequada participar do processo de transformação da comunidade mundial no sentido de uma verdadeira representação democrática, dos governos locais aos órgãos mundiais, com os direitos humanos respeitados e uma prosperidade mais eqüitativa.

Em resumo, Paul Kennedy examinou em seu ensaio as perspectivas em longo prazo para o poder americano, apresentando sua opinião sobre como mantê-lo diante de uma nova ameaça que aplica táticas de guerrilhas em escala global, às vezes suicida, que se esconde em um terreno inóspito e é muito menos dependente de uma infra-estrutura moderna para se manter.

O choque das civilizações ou os Mulás enlouqueceram: os Estados Unidos entre o império informal e o formal

Niall Ferguson, inglês, comentarista da política contemporânea, é professor de história política e financeira na Universidade de Oxford na Grã-Bretanha, e professor visitante na Stern School of Business da Universidade de Nova York, nos Estados Unidos da América.

Ferguson considera que os ataques de 11/9 foram resultado de um “niilismo islâmico”, ou mais aproximadamente de um “bolchevismo islâmico”, comparando, no segundo caso, Osama bin Laden às ações terroristas impetradas por Lênin e Stalin no período pré-revolução bolchevique na Rússia. Para o primeiro caso, a comparação óbvia é com uma ação terrorista sem nenhuma razão que não seja o de criar condições para expulsar os EUA da Arábia Saudita e destruir o Estado de Israel, impetrado pela Al-Qaeda, que ele define como “*a ala extremista de uma religião política*”.

Não obstante, Ferguson reconhece que o extremismo religioso não é uma

particularidade do islamismo. A civilização ocidental, isto é, a civilização formada a partir do misto de “*protestantismo-deísta-católico-judáico sobre o qual se ergue a vida pública americana já foi capaz de produzir religiões políticas tão intolerantes quanto e sedentas de sangue quanto o atual bolchevismo islâmico*”.

Por outro lado, existe em andamento uma nova política colonialista, o neocolonialismo, que, segundo o Primeiro-Ministro britânico Tony Blair não pode ser considerado imperialismo porque não objetiva a exploração econômica, mas tão somente impedir que os países sob proteção - Bósnia, Kosovo, Timor Leste, Serra Leoa - não abriguem terroristas ou ponham em risco seus vizinhos. Trata-se, segundo o Primeiro-Ministro, de uma ação humanitária que impõe a democracia e a liberdade para esses países, através do auxílio na governança, no treinamento de soldados na “solução de conflitos”, estímulo aos investimentos e acesso aos mercados globalizados. É mesma retórica colonialista do Império Britânico no século XIX, inspirada naquilo que o escritor inglês Rudyard Kipling (1865-1936) definiu como o “*fardo do Homem Branco*”.

Paradoxalmente, a integração econômica imposta pelo neoliberalismo coincidiu com a desintegração política. A partir do colapso do bloco soviético houve uma expansão do número de países independentes - entre 1950 e 1995, esse número passou de 89 para 192 -, não obstante haver uma tendência na formação de blocos econômicos. Entretanto, no entendimento do autor, “*em vez de antever um choque entre civilizações monolíticas, deve-se esperar um processo contínuo de desintegração*”. Para ele, o maior significado de movimentos como o fundamentalismo islâmico talvez resida em seus efeitos centrífugos, não nos centrípetos.

Ferguson procura algumas explicações para essa fragmentação política excessiva. Uma explicação estaria no fato de que as forças globais de mercado acentuam as desigualdades regionais dentro dos estados-nação tradicionais. Outra explicação é que a homogeneização da cultura popular - graças a Hollywood, à indústria da música pop e à anglicização da comunicação técnica - promove a exacerbação das identidades locais, provocando uma reação agressiva.

Uma outra explicação reside na possibilidade da precipitação da perda da legitimidade da base governamental em estados multiétnicos a partir da adoção,

estimulada pelos norte-americanos, de uma combinação de abertura econômica e democracia política. Esta seria, segundo o autor, a melhor explicação para a proliferação de estados independentes, uma vez que o processo de fissão política ainda não esgotou seu curso histórico. Por outro lado, a aceitação dessa explicação como a mais provável indica que, no que diz respeito aos desdobramentos do 11/9, em vez de choque de civilizações, estaria havendo *“uma colisão entre um império maduro e uma religião política dinâmica e perigosa, em um mundo que é tão faccioso em termos políticos quanto é integrado no âmbito econômico”*. O autor exemplifica a Segunda Guerra como choque de civilizações: as democracias anglófonas, as potências ultranacionalistas do Eixo e a União Soviética comunista.

Dentro desse contexto, deveriam os EUA, como potência hegemônica detentora de um poder absoluto imenso, arcar com o desempenho de um papel global mais ativo, não podendo dar-se ao luxo de não fazê-lo. Ferguson baseia sua argumentação em sete pontos: *1) os EUA deixaram de ser invulneráveis muito antes de 11/9; 2) os meios de destruição nunca foram tão baratos; 3) as desigualdades globais sofreram um aumento substancial, e, com elas, cresceu também a insatisfação entre os perdedores; 4) A ONU é incapaz de lidar com o desafio da desordem global sem uma forte liderança americana; 5) mesmo depois dos grandes cortes de defesa, os Estados Unidos ainda são a única superpotência mundial, dotada de recursos financeiros e militar-tecnológicos sem rival; 6) os EUA precisam empenhar-se mais para impor a ordem nos estados delinqüentes; 7) a América pode arcar com um império formal.*

A questão crucial proposta por Niall Ferguson ao avaliar o papel dos EUA como única superpotência econômica e militar é se os líderes do único Estado a dispor de recursos econômicos suficientes para fazer o mundo um lugar melhor terão coragem para tanto.

A guerra contra o terror: petróleo e armamentismo

Luiz Alberto Moniz Bandeira é cientista político, professor titular da Universidade de Brasília e autor de várias obras. A sua tese, nesse ensaio, em que pesem as razões para os atentados, é de que a motivação fundamental dos EUA

para invadir o Afeganistão sob a alegação de enfrentamento do terrorista Osama bin Laden e a Al-Qaeda, responsabilizado pelos atentados de 11/9 e protegido dos Talibãs, foi a instalação naquele país de um governo internacionalmente reconhecido, eliminando dessa forma o principal obstáculo ao investimento da empresa Unocal (Union Oil Company of Califórnia) para a construção dos *pipelines*.

O cinturão islâmico (*green belt*) promovido pela ação conjunta Arábia Saudita e Paquistão contra o comunismo da URSS foi apoiado e incentivado pelos EUA, por razões óbvias. Entretanto, o fundamentalismo islâmico, por motivos religiosos, opunha-se também à civilização capitalista, cujos costumes e produtos os mulçumanos sempre perceberam como pecado. Esse posicionamento islâmico elevou, automaticamente, os EUA e seus aliados na região - Israel - à categoria de inimigo, ainda que tolerado por alguns governos, como o da Arábia Saudita, por mais paradoxal que seja.

Assim, segundo Moniz Bandeira, o que sempre esteve no centro das preocupações norte-americanas em relação ao Oriente Médio, desde as ações antiterroristas promovidas pela administração de Ronald Reagan, foi a garantia ao acesso às fontes de petróleo, ameaçadas pela expansão do nacionalismo islâmico.

A presença maciça das potências ocidentais, EUA e URSS, no Oriente Médio, intervindo nas questões internas, buscando reforçar suas posições e protegendo o Estado de Israel, dentro de um cenário de expansão do nacionalismo islâmico, levou ao recrudescimento da *jihad*, que se voltou tanto contra os estrangeiros que ocupavam territórios mulçumanos quanto contra os próprios governos considerados como corruptos.

Com o desmoronamento da URSS e, conseqüentemente, da Guerra Fria, a atitude da administração norte-americana de Bill Clinton foi a de reduzir os investimentos com gastos em armamentos, com uma nova política de defesa (*bottom-up review*), de modo que os EUA pudessem dispor de uma força militar menor e mais barata, porém capaz de responder a mais de uma contingência, simultaneamente. Essa redução de investimentos criou insatisfação no complexo industrial-militar que sempre foi, historicamente, a base dos governos republicanos como o de Reagan e o dos Bush (pai e filho).

Segundo o autor, dentro da perspectiva de um Estado neoliberal-industrial-

militar, foi desenvolvida uma nova demonologia, adensada pelo conceito de estados irresponsáveis (*rogue states*) que exigisse a construção de uma força militar forte capaz de defender os interesses dos EUA onde quer que eles estejam. Assim, o “perigo verde”, representado pelo fundamentalismo islâmico substituiu, o “perigo vermelho”, que a URSS e o bloco socialista configuravam.

Os EUA, firmes nos seus novos propósitos de criar um novo inimigo internacional, não aceitaram a proposta de uma conferência internacional para combater o terrorismo, apresentada por 119 estados do Movimento dos Não-Alinhados (1996), porque não lhe interessava debater duas questões: o terrorismo de estado (bombardeios atingindo populações civis) e a distinção entre terroristas e combatentes da liberdade, conceito em que o Hezbollah e o Hamas se enquadravam, por lutarem contra o domínio de Israel.

Segundo o autor, o atentado terrorista que explodiu um prédio em Oklahoma em 1995, foi comparado por muitos norte-americanos com o incêndio do *Reichstag*, na Alemanha de 1933, que possibilitou a Hitler obter poderes discricionários, inclusive porque, segundo indícios, o governo federal dos EUA teve prévio conhecimento de que ele ocorreria. Assim, houve mais uma justificativa para o estado industrial-militar manter seus investimentos em armamentos, o que, por outro lado, mantém aquecida a economia.

Em relação ao Oriente Médio, a política norte-americana, desde os tempos da Guerra Fria, foi o de exportar grandes quantidades de armamentos com o pretexto de manter o mundo salvo para a democracia, e o com o objetivo implícito de defender um sistema de estados-clientes contra qualquer resistência popular aos interesses das grandes corporações norte-americanas ligadas ao petróleo.

Foi com esse objetivo que os EUA apoiaram a ascensão dos Talibãs ao governo do Afeganistão. Entretanto, o que se instalou foi uma versão reacionária do *wahabbismo* sunita adotado pela Arábia Saudita, da qual bin Laden se tornou o mais radical intérprete.

O *wahabbismo*, essência do chamado Ressurgimento Islâmico, foi comparado por Samuel Huntington à reforma protestante feita por Martinho Lutero e João Calvino, no século XVI. Segundo aquele autor, o Ressurgimento configurou uma reação à estagnação e à corrupção existentes nas instituições, através do retorno à ao purismo da religião islâmica, como pregada pelo profeta Maomé. Observa

Moniz Bandeira que esse retorno aos fundamentos religiosos significou a adoção pelos Talibãs de uma série de restrições quanto aos costumes, principalmente em relação às mulheres e aos hábitos introduzidos pela expansão da cultura ocidental no Oriente Médio, bem como à difusão dos produtos industriais daquela cultura considerados profanos, como o audiovisual, a bebida, a moda e os serviços financeiros.

Na visão de Moniz Bandeira, essa tendência se espalhou por todo o mundo árabe-islâmico devido ao desespero e empobrecimento das massas, causados, principalmente, pela implantação de uma economia globalizante que desconsiderou e desintegrou a economia local, sem propiciar melhores condições de vida ao homem comum. A adesão ao fundamentalismo religioso foi, no entendimento do autor, reação natural à exclusão promovida pela globalização, assumindo um caráter nacionalista e entrelaçado ao pan-islamismo, marcado pela luta pelo poder e enfrentamento dos regimes locais considerados profanos e corruptos. Nessa perspectiva a afirmação da fé no Islã ficou como pano de fundo.

Entretanto, derrubar os regimes locais não se mostrou viável e o fundamentalismo islâmico voltou-se diretamente contra os EUA, considerado o “grande Satã” e responsável pelas mazelas impostas ao mundo árabe-islâmico. O resultado foi o surgimento de uma guerra assimétrica, uma vez que as diferenças entre os beligerantes eram qualitativas nos meios empregados, nos estilos e nos valores do inimigo. Uma guerra “*sem campos de batalhas ou cabeças de praia*”, conforme declaração de George W. Bush.

Segundo o autor, a saída para os EUA foi personificar na figura de Osama bin Laden, antigo aliado na expulsão dos russos do Afeganistão, esse inimigo difuso e disperso que recorreu ao terrorismo, ainda que à custa de suicídio, para enfrentar a potência hegemônica. Osama bin Laden, assim como Saddam Hussein, havia sido manipulado pelos EUA na execução da estratégia e defesa dos interesses daquela potência no Oriente Médio. Além das ações dentro do território afegão, os Talibãs e bin Laden foram apoiados entre 1993 e 1994, militar e financeiramente, em ações terroristas nos Bálcãs - Bósnia, Kosovo e Macedônia - bem como na Chechênia e Daguestão, locais onde passava o principal oleoduto da Federação Russa, sucessora da URSS.

Não obstante, segundo o autor, tudo indica que bin Laden não fez qualquer

acordo para receber apoio logístico, material ou financeiro dos EUA, país que ele já odiava desde os anos 1980, quando apregoava a necessidade de boicotar as mercadorias norte-americanas. Para Osama bin Laden, em entrevista à Rede Al-Jazirah em 26/09/2001, os interesses do Islã e os dos EUA se cruzaram, sem qualquer espécie de acordo e sem qualquer aprovação dos islâmicos.

A fawah lançada por bin Laden em 23/02/1998 denunciava que:

“(...) por mais de sete anos os EUA têm ocupado as terras do Islã, nos lugares mais sagrados, a Península Arábica, pilhando suas riquezas, ditando normas, humilhando o povo, aterrorizando seus vizinhos e transformando suas bases em ponta de lança para lutar contra os povos mulçumanos vizinhos”.

E exortava os mulçumanos:

“(...) a matar americanos e seus aliados, civis e militares, [como] um dever individual para todo mulçumano”.

Diante de um conjunto de informações, o autor se arrisca a dizer que talvez “bin Laden tivesse como objetivo, eliminando a presença dos EUA e de outras potências ocidentais nos países islâmicos, usar o regime dos Talibãs como cabeça para desestabilizar o Paquistão e assenhorar-se do governo de Estado, com capacidade nuclear que poderia projetar o poder islâmico, derrubar o regime na Arábia Saudita e assim assumir o controle de produção mundial de petróleo”.

Moniz Bandeira reúne um conjunto de informações, com citação de fontes, que o credenciam afirmar que a administração de George W. Bush, incluindo os serviços de inteligência, tinham conhecimento, antes dos atentados de 11/9, de que estava sendo preparado pela Al Qaeda um ataque aos EUA.

No entendimento de Gore Vidal, adversário político de George W. Bush nas últimas eleições presidenciais, o governo norte-americano nada fez para impedir os atentados de 11/9, porque eles convinhavam ao interesses dos EUA para deflagrar a guerra no Afeganistão. Essa guerra, no entendimento de Gore Vidal, há muito planejada pelos “homens do petróleo” que governam os EUA, tinha como objetivo a estabilização política do Afeganistão, não possível sob o regime Talibã, de forma a dar condições necessárias para que a *Unocal - Union Oil Company of Califórnia* (empresa americana de energia) - construísse oleodutos e gasodutos na região do Mar Cáspio.

Moniz Bandeira considera plausível a afirmação de Gore Vidal. Segundo ele, não foi sem motivo que os serviços de inteligência europeus receberam a “guerra

contra o terrorismo” deflagrada pelos EUA como uma fraude. Esses mesmos especialistas em inteligência descartam, segundo o autor, a possibilidade de os ataques ao *World Trade Center* e ao Pentágono terem sido realizados sem o suporte de algum serviço secreto, até por se tratar de uma operação que, apesar de seu relativo baixo custo, exigiu um longo tempo para o seu planejamento e prepara de, no mínimo, quatro anos.

A propósito, recentemente, durante os dias que antecederam a invasão do Iraque em 2003, o primeiro ministro britânico Tony Blair apresentou provas ao Parlamento britânico de que Saddam Hussein possuía armas de destruição em massa. Essas provas “irrefutáveis” foram denunciadas como fraude, não passando de grosseira cópia de tese de doutorado divulgada na *Intrnet*. Mais recentemente ainda, os países membros do Conselho de Segurança da ONU que haviam se posicionado contra a invasão do Iraque voltaram a contestar publicamente a validade das demais provas apresentadas por Tony Blair e George W. Bush.

Os indícios são favoráveis às afirmações de Gore Vidal. Também o é o histórico das operações que a CIA (Central de Inteligência Norte-Americana) e o Pentágono desenvolveram em todo o mundo para proteger os interesses norte-americanos desde o advento da Guerra Fria.

Por outro lado, segundo o autor, há quem admita a possibilidade do *Mossad*, serviço de inteligência de Israel, estar por trás dos acontecimentos de 11/9. O objetivo de Israel teria sido o de levantar a opinião pública mundial contra o mundo árabe, configurando o islamismo como o novo inimigo, no sentido do confronto de civilizações apontado por Samuel Huntington. Nessa perspectiva, o discurso de bin Laden, após os atentados de 11/9, contribuiu para essa percepção, ao acusar os EUA de estarem empreendendo uma cruzada contra o Islã.

Moniz Bandeira afirma que os EUA, ao demonstrar ao mundo que não se acovardaram diante da ameaça à sua segurança, aproveitaram o acontecimento para radicalizar a política internacional, declarando guerra ao terrorismo ao mesmo tempo em que, ao atacar o Afeganistão, continuam o nacionalismo islâmico prejudicial aos seus interesses estratégicos na região, devido às grandes jazidas de gás e petróleo.

Assim, afirma Moniz Bandeira, que “a ampla coalizão, que o presidente George W. Bush tratou de articular, visou não tanto a combater o terrorismo, mas

a possibilitar a instalação no Afeganistão de um governo internacionalmente reconhecido, eliminando o principal obstáculo ao investimento da *Unocal* para a construção do *pipeline*”.

Entretanto, a guerra contra o terrorismo, declarada pela administração Bush, tem um outro propósito na visão do autor. É um esforço no sentido de encurtar o ciclo de retração em que a economia norte-americana estava. A guerra, independentemente dos princípios e premissas em que se baseia, obriga investimentos e aquece a economia, principalmente em um Estado de características industrial-militar. A guerra e um estado em permanente alerta garante a existência de uma próspera indústria de armamentos sempre preocupada em se manter permanentemente atualizada e em antecipar as possíveis modernizações do inimigo. O orçamento para defesa que havia sido reduzido durante o governo Clinton, após os atentados de 11/9 foi elevado para o patamar de 399,1 bilhões de dólares americanos. Na visão do autor, os EUA encontraram nas guerras um remédio para os males de sua economia, apropriando-se das fórmulas que Adolf Hitler e os nazistas conceberam.

Assim, a guerra contra o Afeganistão foi consequência de três necessidades dos EUA: i) proteger seus interesses na produção energética da região do Mar Cáspio; ii) identificar um novo inimigo, e iii) reaquecer sua economia interna através do complexo industrial-militar. Foi, no ponto de vista do autor, uma decisão de características político-econômica que usou o antiterrorismo como bandeira.

Moniz Bandeira conclui dizendo que “não foi sem forte motivo, que o presidente Dwight Eisenhower (1953-1961), ao despedir-se do governo, alertou os EUA para a influência injustificada do complexo industrial-militar, cujo potencial para o crescimento desastroso do poder já existia e tenderia a persistir, exortando os norte-americanos a não permitirem que o peso dessa combinação pusesse em perigo as suas liberdades e processos democráticos”.

**Depois do Atentado: Notícias da guerra
assimétrica**

Os autores desse livro pertencem aos quadros do Instituto Virtual de Economia e Logística do Rio de Janeiro e não são historiadores. Carlos Lessa é professor do instituto de Economia da URFJ, Darc Costa é engenheiro do BNDES e Fábio Sá Earp é professor do Instituto de Economia da URFJ.

O livro “*Depois do atentado: Notícias da Guerra Assimétrica*” nasceu da constatação que os três autores tiveram ao perceberem que vinham dando aulas sobre assuntos conexos, com o mesmo enfoque, em locais diferentes. A partir dos eventos de 11/9 buscaram organizar as informações disponíveis para entender como aqueles acontecimentos iriam influenciar o Brasil e seu futuro. Para eles, o 11/9 foi um movimento da guerra travada entre dois grupos fundamentalistas: um de norte-americanos instalados à frente da maior máquina econômica e militar do planeta, e o outro de mulçumanos, camuflados entre as multidões frustradas com o papel de perdedores que lhes coube no mundo globalizado.

Nos dois primeiros capítulos, os autores contrapõem a exuberância do cenário norte-americano nova-iorquino, com todas as possibilidades tecnológicas que o mundo moderno disponibiliza, ao de extrema pobreza do Afeganistão, cuja população é formada por um punhado de etnias que, com línguas e culturas diferentes, se agrupam sob uma mesma entidade estatal ainda que isso não tenha um significado real para a maioria da população, além de constituir em um foco de resistência às outras etnias. Ali convivem os *pashtuns* (dominantes), *tadjiques*, *uzbeques*, *nuristanis*, *hazarases* e *turcomenos*, além de tribos menores.

O Afeganistão, assim como de resto praticamente todos os povos que professam o islamismo, instalados no Oriente Médio, são incompreensíveis para o cidadão ocidental integrante de uma cultura judaica-cristã-capitalista movida pelo consumismo. A recíproca é verdadeira. O *éthos* dos ocidentais também é incompreensível para a maioria do povo afegão, afirmam os autores.

O afegão comum, quando ainda sob o governo Talibã, não possuía acesso às informações sobre o mundo ocidental, uma vez que aparelhos de televisão e rádio eram proibidos, e nem às tecnologias de última geração. Somente conheciam a guerra instalada no próprio território.

O Afeganistão se situa em uma região extremamente montanhosa e árida e de difícil acesso no fim de quatro mundos: o persa, o hindu, o turco e o chinês. É um país que por ter sido, durante muito tempo, considerado parte de uma zona-

tampão entre os grandes impérios, constituiu suas fronteiras a partir da conveniência política administrativa de cada um dos mundos que o conquistava, sem que houvesse respeito às entidades étnicas que ocupavam a região. O resultado, segundo os autores, foi a constante tensão de eclosão de guerra civil entre etnias divididas e indivíduos congregados por fronteiras políticas nacionais. Não obstante e apesar de não falarem a mesma língua, *pashtuns*, *tadjiques* e *uzbeques* são mulçumanos sunitas.

No Afeganistão, os chefes de governo são escolhidos, desde 1747, pelas *Loya Jirga*, que são assembleias que congregam entre dez e doze dúzias de homens poderosos - aqueles que realmente mandam: chefes de tribos mais os chefes dos grupos religiosos e dos partidos, além dos intelectuais mais respeitados - gente de todas as etnias e crenças possíveis. Esse conjunto de etnias forçadas a se constituírem em um Estado dentro de fronteiras de conveniências, significou, ao longo da história a existência de governos centrais fracos.

A pirâmide de lealdade, no Afeganistão, é composta pelo poder dos chefes de tribos, que dominam os chefes locais, que comandam clãs formados por patriarcas que, por sua vez, chefiam famílias amplas. Essa linha de poder, segundo os autores, é mantida através de alianças muito específicas, que permitem frequentes mudanças de lado dos chefes em troca da manutenção de seus arsenais e da promessa de cargos no novo governo. E esse “poder central fraco permitiu que os poderosos locais se dedicassem livremente às duas atividades econômicas realmente lucrativas: o tráfico de armas e o cultivo de drogas” (ópio).

O ópio produzido em território afegão equivale, segundo os autores, a 75% do volume ofertado no mercado internacional de drogas (4.600 toneladas). Entre oito e doze milhões de afegãos vivem da produção e tráfico de ópio e de heroína que no mercado internacional vale mais do que o petróleo e o ouro. Essa droga é contrabandeada por quadrilhas localizadas, principalmente, na Albânia, em Kosovo e na Macedônia e vão enriquecer os grandes atacadistas europeus que controlam toda a cadeia de distribuição de heroína, o chamado *grand monde* do crime.

Foi nesse cenário de guerra civil financiada pela produção de ópio que se instalou no Afeganistão após a derrota da URSS e da saída de cena dos EUA, que os Talibãs assumiram o poder. Os Talibãs são originados da ação da Arábia

Saudita em instalar *madrassas* - escolas religiosas anexas às mesquitas - e com elas disseminar uma versão simplificada do fundamentalismo sunita: o *wahabbismo*.

A disseminação desse fundamentalismo, na visão dos autores, tinha como objetivo impedir o avanço do fundamentalismo xiita exportado pelo governo iraniano dos aiatolás. A disseminação do *wahabbismo* foi apoiada pelos norte-americanos que pretendiam, com isso, além de dar proteção ao governo árabe da família Saud, impedir a expansão do Irã e do comunismo da, então, URSS.

Para combater o fundamentalismo iraniano dos aiatolás, os EUA apoiaram o governo anticomunista de Saddam Hussein no Iraque, incentivando com armas e financiamento a guerra contra a Irã.

Finda a guerra Irã-Iraque, com um empate técnico, o governo de Saddam Hussein, necessitou adotar uma estratégia de subsistência própria, voltando-se contra o vizinho Kuwait numa atitude claramente antiamericana. O resultado foi a intervenção norte-americana que ficou conhecida como Guerra do Golfo. Nesse conflito, onde os norte-americanos que haviam limitado suas ações bélicas ao território do Kuwait sem invadir o Iraque, instalaram bases militares permanentes na Arábia Saudita o que causou grande revolta entre os mulçumanos, por ser aquele Estado o território sagrado do mundo islâmico.

Por sua vez, os governantes da Arábia Saudita, conhecidos pelo seu servilismo aos EUA, adotaram a disseminação do *wahabbismo* como estratégia de sobrevivência política-religiosa. O resultado foi surgimento dos Talibãs.

Os Talibãs são, em sua quase totalidade, aldeões pobres cujo horizonte dificilmente ultrapassa a cordilheira mais próxima. Seu único estudo foi feito nas *madrassas*; o próprio mulá Omar jamais passou de um obscuro cura de aldeia, de parca leitura, que combateu os russos. (...) Trata-se de uma *pashtun* que só conhece do mundo o que lhe chega pelas radiotransmissões do programa da bbc na língua *pashtu*.

O engenheiro Osama bin Laden, por sua vez, surgiu entre os voluntários que participaram do *jihad* no Afeganistão contra a URSS, patrocinado pela tríade EUA, Arábia Saudita e Paquistão. Ele é, conforme os autores afirmam, apenas o membro mais conhecido do Ressurgimento Islâmico, movimento que surgiu no bojo do fracasso dos projetos de desenvolvimento modernizantes patrocinados pelo Banco Mundial nos anos 1960 e 1970.

O Ressurgimento Islâmico prega uma reação à incompetência e à corrupção da elite dirigente e advoga uma volta a uma forma mais pura e mais exigente de sua religião. Pregando a ordem e a disciplina, essa ideologia atrai pessoas da classe média emergente que constituem jovens na faixa de 20 a 30 anos que, na sua maioria, compõem a primeira geração mulçumana a receber educação superior.

Afirmam os autores que até o momento em que escreveram o livro ainda não haviam sido identificados os responsáveis pelos ataques de 11/9. As provas produzidas e apresentadas por Tony Blair, primeiro ministro britânico, se limitavam a demonstrar situações terroristas anteriores aos 11/9 em que bin Laden esteve envolvido, tais como o atentado contra militares norte-americanos na Somália, em 1993, ataques contra as embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia, em 1998 e ao navio US Colete, em 2000. Além disso, as provas apresentam bin Laden como chefe da organização terrorista Al Qaeda, à qual pelo menos três dos envolvidos nos atentados de 11/9 pertencem. Somente em 14 de dezembro de 2001, após a rendição do Afeganistão (ocorrida em 07/12/2001), foi apresentada uma fita de vídeo onde Osama bin Laden teria reconhecido a autoria dos atentados. Oficialmente, nem bin Laden e nem a Al Qaeda reconheceram a responsabilidade pelos atentados de 11/9. Na concepção dos autores, essas provas não resistem à menor investigação e só serviram para *“convencer quem já estava convencido”*.

Os EUA pré-atentados buscavam uma saída para uma crise de identidade. O governo republicano carecia de legitimidade eleitoral, mas criticava a política contraditória exercida pelo governo anterior do democrata Bill Clinton. Clinton, na visão dos republicanos havia desenvolvido uma política contraditória, uma vez que se envolveu em todos os conflitos militares que surgiram no mundo, ao mesmo tempo em que reduzia o orçamento destinado a tais gastos. A falta de definição de prioridades e a maneira vacilante e contraditória de agir de Clinton incorriam, segundo os ideólogos do governo de George W. Bush, nos erros que vinham sendo cometidos deste o governo de Woodrow Wilson (1913-1920): *a crença de que a ação externa norte-americana só é legítima se feita em benefício de terceiros - daí o peso das organizações multilaterais, dos acordos mal-negociados e das intervenções militares ineficazes.*

Com base nessas premissas, os assessores de Bush, principalmente,

Condoleezza Rice - integrante do Conselho de Segurança Nacional -, propunha as seguintes prioridades para o governo norte-americano: i) capacidade de inibir e/ou vencer rapidamente qualquer guerra; ii) incentivar a democracia e promover o crescimento econômico através da implantação da economia de mercado com apoio do fmi, omc e Banco Mundial; iii) renovar alianças internacionais; iv) estabelecer novo tipo de relações com a Rússia e a China e; v) não vacilar diante da ameaça representada pelos estados-bandidos, como Irã, Iraque, Coreia do Norte, Sudão e Afeganistão.

Além disso, Condoleezza denunciava o tratado de Kyoto que trata do aquecimento global, alegando sua falha ao isentar o China e os países em desenvolvimento de qualquer esforço, deixando todo o ônus com a indústria dos EUA. As ações dos EUA deveriam, no entendimento da conselheira Rice, se justificar porque baseadas em valores universais - a economia de mercado e suas conseqüências, a paz e a democracia plena. Segundo ela, esses valores estão na base do progresso humano e sua promoção beneficia a todos, ainda que em longo prazo. Por isso e por seu poderio bélico, os EUA seriam os únicos com possibilidade de garantir a paz e a estabilidade global.

Os atentados de 11/9 tiveram, no entendimento dos autores, a capacidade de abortar e abreviar o prazo necessário à implantação dessas diretrizes, considerada a falta de experiência em política internacional de George W. Bush. É nesse vácuo de efetiva liderança que surgiram dois novos atores: Tony Blair e Valdimir Putin. Tanto o primeiro ministro britânico quanto o russo necessitavam ocupar um papel na política internacional, como saídas para as crises internas, tanto políticas quanto econômicas, que enfrentavam em seus respectivos países.

O aval desses dois dirigentes e, principalmente de Tony Blair e do Parlamento Inglês, na análise dos autores, foi de capital importância para os objetivos norte-americanos. Sem ele, o governo Bush não teria como justificar uma agressão armada a um país sem declaração de guerra. As evidências até então disponíveis não credenciavam a declaração de guerra, entretanto *“com o reconhecimento britânico de provas frágeis, os EUA puderam fazer a única coisa que sabem fazer com eficiência: bombardear intensamente países com defesas aéreas precárias”*.

Dessa forma, os atentados de 11/9 tiveram o efeito de fazer ressurgir, ainda que circunstancialmente e por motivos diversos, a coalizão vencedora da Segunda

Guerra Mundial.

Nessa “salada” de interesses que se modificam ao sabor da política, o muçulmano Paquistão, que havia sido parceiro dos EUA no apoio à instalação dos Talibãs no Afeganistão e da Al Qaeda de Osama bin Laden, apressou-se em oferecer seu território para bases militares norte-americanas bem como a possibilidade do uso do espaço aéreo para os ataques àquele país considerado, então, aliado da Índia, em troca de promessas de facilidades para exportações ao mercado norte-americano e reescalonamento de uma impagável dívida externa, além da oferta de energia provinda do gás produzido no Turcomenistão, cujos gasodutos, ainda que em processo de construção, estavam sob controle dos Talibãs.

De outro lado, conforme os autores, da mesma forma em que os ataques de 11/9 promoveram uma certa identidade do mundo ocidental com os EUA, principalmente com as inocentes vítimas das torres do *World Trade Center*, a invasão do Afeganistão fez surgir um novo ator no cenário da política internacional: as massas de muçulmanos irados que passaram a afluir às ruas nos lugares mais insuspeitos. Nessa perspectiva, os autores entendem que a tese de Samuel Huntington de que com o final da Guerra Fria, o mundo caminhou para a unipolaridade, situação em que conflito passa a ser entre culturas, é passível de inúmeras críticas, mas pode ser mais bem aproveitada sob o conceito de identidade apresentado por Manuel Castells. Assim no conflito EUA-Afeganistão, tivemos de um lado os que se solidarizaram com as vítimas dos EUA, mas não com o projeto de bombardeio, e de outro a solidariedade muçulmana contra a posição invasora dos EUA.

Segundo os autores, a identidade muçulmana de resistência gira entorno daquilo que a maioria das lideranças proclama como aspectos inegociáveis para a paz: a saída dos militares norte-americanos da Arábia Saudita, território santo, a suspensão do embargo comercial ao Iraque e a criação do Estado Palestino. Essas são também as reivindicações de Osama bin Laden.

Agravando essa situação temos, na visão dos autores, a concentração das reservas de petróleo em cinco países muçulmanos, das quais o mundo dependerá nas próximas décadas: Arábia Saudita, Emirados Árabes, Kuwait, Irã e Iraque. Entre estes, somente o Irã e Iraque ainda não estão sob alguma forma de domínio

dos EUA. Mas mesmo entre os aliados dos norte-americanos, os governos não são estáveis e nem totalmente simpáticos ao mundo ocidental. Em contrapartida, a assessoria estratégica do governo norte-americano, incluindo o próprio presidente Bush e o vice-presidente Dick Cheney, está bastante associada aos gigantes da indústria petrolífera, como a *Exxon*, a *Halliburton*, e a *Chevron*.

Os autores demonstram em dados estatísticos que o mundo ocidental depende do petróleo produzido pelo mundo islâmico. Assim, o oferecimento de tropas para apoiar a ação norte-americana no Afeganistão pelos franceses, italianos, alemães e japoneses, perde o caráter de solidariedade ao sofrimento e assume os aspectos ditados pelos interesses econômicos e estratégicos em reprimir qualquer possibilidade de insurgência do mundo muçumano que viesse a prejudicar suas economias dependentes do petróleo.

Portanto, é perfeitamente justificável, do ponto de vista do interesse estratégico, a ação rápida, eficaz e coesa sobre o Afeganistão, com vistas a demonstrar um poderio capaz de sufocar qualquer tentativa de instalação de governos locais dissidentes entre os produtores de petróleo que possa vir a causar problemas para as bases energéticas ocidentais.

Os autores constatam, entretanto, que “*a supremacia econômica e militar norte-americana no mundo unipolar é incontestável, mas não confere àquele país a supremacia política. É no campo político que os demais países têm chance de impor limites e conseguir concessões da maior potência*”.

Entre as várias possibilidades históricas, imediatas ou não, que teriam como conseqüência o 11/9, os autores elegeram como a de maior peso para o presente a *globalização assimétrica*. Segundo eles, o discurso da globalização que passou a ser usado para legitimar a concentração de poder político, econômico e tecnológico, abalou a estrutura social e legal do Estado e da comunidade internacional, construída sobre os pilares de idéias tradicionais sobre soberania, fronteira, autodeterminação dos povos, etc.

A globalização é um sistema excludente. O resultado imediato desse discurso foi o ressurgimento de valores tradicionais ligados a etnia, nacionalismo e crença religiosa entre os povos frustrados por não participarem dos benefícios tecnológicos e do bem-estar social alcançado pelos países ricos. Na defesa de tais valores aparecem grupos dispostos a sustentar suas posições pela violência, por

vezes até com sacrifício pessoal.

Esse tipo de revolta decorrente da exclusão econômica gerou um novo tipo de guerra que não faz reivindicações territoriais, tornando o poder bélico utilizado nas guerras convencionais totalmente ineficaz. É um tipo de guerra que coloca em cheque a superioridade das potências ocidentais. Uma guerra que é assimétrica em seus atores, em seus objetivos e nos seus meios. Um confronto no qual o mais fraco, desprovido econômica e militarmente, se apropria da tecnologia adversária em seu próprio proveito, como se utilizasse uma técnica de judô e que tem como palco de operações todo o espaço mundial rompendo a convenção de que guerra é assunto militar onde se empregam exclusivamente armas militares.

Capítulo 4 Conclusão

O posicionamento de Tariq Ali demonstra claras influências do pensamento de esquerda. Para ele, os acontecimentos de 11/9 não mudaram o mundo como entendem outros analistas. Os atentados foram, em termos políticos, econômicos e militares, apenas uma *“nota de rodapé na história deste século”*. Na sua tentativa de explicar os atentados de 11/9 e suas conseqüências para a humanidade, Tariq segue alguns aspectos chaves.

Primeiro, a existência de um fundamentalismo econômico, que é a característica do neoliberalismo, suportado por um fundamentalismo religioso que é a base do protestantismo, a religião predominante nos EUA, e por um poderoso *nexus* industrial militar que impõe uma nova ordem mundial, desrespeitando as características dos povos e seus direitos à autodeterminação, bem como as convenções e os organismos internacionais que teriam o propósito de manter a harmonia do mundo.

Em segundo, um fundamentalismo islâmico, extremamente reacionário, que sataniza a cultura ocidental disseminada pelos EUA, responsabilizando-a pelas fragilidades e estado de miséria a que está submetido o mundo islâmico. O apelo desse fundamentalismo, enquanto construtor de uma identidade islâmica, atrai as massas mulçumanas excluídas do processo de desenvolvimento social, bem como as classes médias emergentes que percebem seus governantes, em sua maioria, como corruptos, fracos e submissos aos desígnios do Ocidente.

Esse fundamentalismo islâmico que, no entendimento de Tariq, promove uma permanente guerra santa contra o Ocidente e contra os hereges, se confronta com o fundamentalismo neoliberal que, por seu lado, promove uma permanente ação de neutralizar e eliminar qualquer interferência aos interesses do capital, onde quer que elas se manifestem.

Leonardo Boff vê o mundo da perspectiva de uma Igreja católica progressista que se preocupa com o bem-estar social dos povos oprimidos. Dentro dessa ótica, ele percebe o 11/9 também como o resultado do embate entre fundamentalismos - islamismo versus neoliberalismo -, apesar de reconhecer que o fundamentalismo é inerente a todas as culturas e credos.

Para Boff, o 11/9 não é mais do que a reação de povos excluídos e economicamente explorados ao regime opressor, o capitalismo neoliberal, que ao exacerbar o individualismo excludente provoca um sentimento de abandono e de decepção entre os menos favorecidos. Essa situação de abandono e decepção a que se referiu Boff não é uma exclusividade das nações muçumanas, ela pode ser observada em todas as grandes cidades, onde fica cada vez mais evidente que a violência e a ausência do medo - que se assemelha à atitude dos “homens-bomba” - se tornam a prática pela qual os menos aquinhoados enfrentam a situação social, que tende a piorar por falta de um projeto de melhoria do bem-estar sócio econômico do planeta.

O embate entre a religião (islamismo) e as forças econômicas (neoliberalismo) decorre do fato de ser, em primeiro lugar, a religião um poderoso construtor de identidades dos povos, principalmente naqueles que crêem na possibilidade de um paraíso pós-vida de sofrimento. Decorre, em segundo, do cruzamento de interesses divergentes sobre uma mesma região: o petróleo para os EUA e a soberania do território para os muçumanos.

Noam Chomsky, apesar de ser fruto de uma economia de mercado, também apresenta uma visão esquerdista com acentuada crítica ao neoliberalismo hegemônico que se instalou no mundo pós-desmantelamento da URSS. Entretanto, ele afirma que o entendimento simplista de que o 11/9 teria tido como motivação principal a reação à globalização e à hegemonia cultural, só atende aos interesses daqueles ocidentais que querem criar um inimigo global que tem como objetivo os ícones da sociedade capitalista ocidental: liberdade e democracia.

Na sua análise, os fundamentalistas islâmicos não têm o entendimento do que seja globalização e de suas conseqüências para a humanidade, em especial para o mundo islâmico, a ponto de promoverem um ataque do porte do 11/9 ao povo norte-americano. Para Chomsky, bin Laden estaria apenas procurando formas de atrair os muçumanos para a sua causa imediata, a derrubada de ditaduras corruptas existentes no Oriente Médio, estas, sim, reflexo da política internacional norte-americana. Por isso, Chomsky entende que os atentados não guardam relação com a globalização, mas não exime os EUA da responsabilidade sobre eles, em função do histórico de suas ações e de seus aliados no Oriente Médio. O Al Qaeda, os Talibãs e o próprio Osama bin Laden são uma criação dessas

políticas nefastas.

Para Chomsky, a consequência mais grave do 11/9 é a ação da administração Bush em intensificar a transferência de riqueza para uma parcela muito pequena da sociedade, eliminando qualquer possibilidade de debate público. Bush, sob a alegação de que a segurança interna é prioritária, implanta um permanente estado de alerta que suprime as liberdades civis, com consequências nefastas aos preceitos democráticos, mas que permite o aumento do orçamento com defesa e reativa a economia interna.

Os organizadores do livro “*A Era do Terror*”, Nayan Chanda e Strobe Talbott, estão de alguma forma envolvidos, direta ou indiretamente, com os assuntos de Estado nos EUA. Assim, podemos dizer que sua visão, bem a como a dos historiadores convidados a participar do livro, são alinhadas ao pensamento geral norte-americano, mas não, necessariamente, ao do atual governo. Não obstante, os organizadores, conseguem se manifestar com isenção, ainda que sob os efeitos emocionais dos ataques, como quando comentam que as possíveis intenções imediatas de bin Laden seriam a de instigar as massas muçumanas contra seus próprios governos totalitaristas e não só contra o “Grande Satã”. Em contra partida, ainda que registrem a intenção do presidente Bush de internacionalizar o sentimento de ultraje dos norte-americanos como se o ataque houvesse sido contra a humanidade ocidental, os organizadores, em momento algum, endossam essa opinião.

Os historiadores analisados a partir do livro “*A Era do Terror*”, John Lewis Gaddis, Abbas Amanat, Paul Kennedy e Niall Ferguson, apesar de diferentes nacionalidades, têm uma formação intelectual comum, a Universidade de Oxford na Grã-Bretanha, o que pressupõe, ainda, uma visão compartilhada de mundo.

Decorridos quase dois anos dos atentados, as afirmações de John Lewis Gaddis de que o 11/9 encerrariam o período iniciado em 1989 com a queda do Muro de Berlim, não se confirmaram. O mundo não mudou radicalmente como ele e outros analistas esperavam. Gaddis afirmou, ainda, que a paz mundial pré-atentados não apontava para qualquer tipo de alerta. Outros historiadores vão contestar esse posicionamento, principalmente Moniz Bandeira que procura demonstrar, através de fontes, que a administração norte-americana, incluindo os serviços de inteligência, já tinha conhecimento dos preparativos para os ataques

de 11/9.

Gaddis analisa a mudança de comportamento norte-americano quanto ao conceito de segurança nacional, que a partir do 11/9 passa a se confundir com o conceito de segurança interna. Essa nova perspectiva levará, no entender do historiador, os EUA a repensarem as suas políticas externa e interna, uma vez que segurança nacional passa a ser mais do que a simples distribuição de forças militares em redor do mundo protegendo os interesses norte-americanos. Dentro desse enfoque, Gaddis tece uma crítica à disseminação indiscriminada do neoliberalismo como um remédio para todos os males de todas as nações. Para ele, o tratamento da assimetria econômica e social, acentuada no mundo em decorrência da globalização, precisa ser colocada na pauta dos debates internacionais.

Já para Abbas Amanat, a essência do 11/9 está no próprio Afeganistão. Seria a decorrência do cruzamento de diferentes etnias, culturas e credos religiosos, com um estado de extrema pobreza devido a história recente de sujeição a guerras constantes, marcada pelo declínio da cultura muçumana e pela expansão ocidental na região. Todo esse cenário tem sido pautado por governos totalitários e por economias falidas. Os fundamentalistas, segundo o autor, manipulam as massas muçulmanas. Exacerbando a presença militar e econômica do ocidente no mundo islâmico, canalizam o ódio e a frustração dos muçumanos contra o “Grande Satã”, aumentando o número de adeptos para as suas lutas locais, tanto entre as classes menos favorecidas quanto entre as gerações jovens das classes médias.

Na visão do autor, os EUA contribuíram para a atual situação no Oriente Médio, que culminou com a presença ativa da Al Qaeda, através da sua política inconsistente em relação aos conflitos que grassam naquela região. A própria dependência dos EUA das reservas energéticas da região apontam, segundo o autor, para um reposicionamento das relações norte-americanas com os países muçumanos.

O historiador Paul Kennedy não se preocupa com as origens dos atentados, mas com as estratégias militares, econômicas e diplomáticas que os EUA deverão desenvolver, como país líder do mundo, com vistas a manter sua hegemonia que permanentemente será colocada em cheque, tanto por outras grandes potências

quanto por pequenos grupos, como a Al Qaeda.

Essa estratégia passa, segundo ele, pela eliminação das fragilidades quanto à segurança do território norte-americano, próprias da democracia e do neoliberalismo. Por outro lado, manter e disseminar a política neoliberal para as demais nações, paradoxalmente, ameaça a própria hegemonia econômica dos EUA, bem como a estabilidade do tecido social dos países mais atrasados. Na visão do historiador, a disseminação do neoliberalismo coloca a potência hegemônica em uma situação que pode ser entendida como uma “sinuca de bico”. O futuro da economia capitalista aponta para a presença de grandes corporações multinacionais em detrimento das economias tradicionais.

O último dos historiadores analisado dentro do livro “*A Era do Terror*”, Niall Ferguson, considera que o 11/9 é um ato terrorista que não teve outra intenção que não a de forçar a saída dos EUA do Oriente Médio, em especial da Arábia Saudita. Entretanto, escapando de uma visão direitista norte-americano, critica a política colonialista em andamento, e a desintegração política que acompanhou a integração econômica imposta pela globalização. E essa é uma de suas principais abordagens em relação aos acontecimentos de 11/9: a fragmentação política excessiva apesar dos blocos econômicos que se formam.

Na sua visão, os EUA têm fomentado a perda de credibilidade dos governos nos estados multiétnicos. Paralelamente, a disseminação da cultura ocidental através da poderosa indústria de entretenimento norte-americana, inclusive no Oriente Médio, tem contribuído para fortalecer o aparecimento das identidades de resistências locais.

As soluções para os conflitos e fragilidades evidenciadas a partir dos acontecimentos de 11/9 apontam, segundo Ferguson, para uma revisão do papel dos EUA, enquanto única potência hegemônica, no cenário mundial.

Moniz Bandeira, pela sua própria formação esquerdista, apresenta uma acepção mais radical e pragmática dos atentados de 11/9. O cerne da questão, até porque, em sua visão, não houve comprovação da responsabilidade de bin Laden e da Al Qaeda, é a questão energética: petróleo e gás produzidos nos países limítrofes ao Afeganistão. O governo Talibã estaria prejudicando os interesses norte-americanos na construção de oleodutos e gasodutos na região, com possibilidade de favorecimento de outras nações em detrimento dos EUA. Essa

seria a essência que estaria servindo de pano de fundo para os acontecimentos de 11/9.

Moniz Bandeira levanta a hipótese de os atentados terem sido engendrados por organismos norte-americanos em conjugação com o *Mossad*, serviço de inteligência de israelense, o que favoreceria, com uma ação bélica norte-americana, tanto os interesses dos EUA como os do Estado de Israel na região. Ainda que o autor não tenha elementos que comprovem categoricamente a sua hipótese, ele apresenta outros para comprovar o prévio conhecimento dos EUA da preparação de atentado de grandes proporções ao território norte-americano. Assim, para ele, ao desprezar as informações fornecidas pelos serviços de inteligência, tanto norte-americanos quanto aliados, a administração George W. Bush demonstrou que o 11/9, apesar de seus horrores, atendia aos interesses econômicos e militares na região do Oriente Médio, que seria o de garantir o acesso às fontes energéticas.

Entretanto, ele não deixa de analisar o fundamentalismo islâmico que, na sua acepção, é uma reação ao empobrecimento das massas causado, principalmente, pela imposição de uma economia globalizante que não leva em consideração as necessidades e características locais. A sua análise o leva a supor a possibilidade de bin Laden ser efetivamente o responsável pelos atentados, que teriam sido utilizados com o objetivo de, ao forçar a retirada dos EUA do Oriente Médio, derrubar os governos corruptos, inclusive do Paquistão, o que permitiria se assenhorar da capacidade nuclear e de assumir o controle da produção mundial de petróleo.

Como último enfoque sobre os acontecimentos de 11/9, Moniz Bandeira defende a idéia de que existe um interesse subjacente do governo norte-americano na sua guerra antiterrorismo, que seria o reaquecimento da economia dos EUA, dependente do nexus militar-industrial que se instalou desde a Segunda Guerra Mundial. O orçamento militar norte-americano, que corresponde a 1/3 da soma do orçamento militar das 190 nações que compõem o planeta, é suficiente para movimentar até mesmo a maior economia do mundo.

Os últimos autores analisados, Carlos Lessa, Darc Costa e Fábio Sá Earp, surpreenderam com suas análises claras, abrangentes e de fácil compreensão das questões que envolvem o 11/9, bem como pelo ponto de vista defendido,

principalmente por se tratar de intelectuais da área econômica que, geralmente, são acusados de possuírem um linguajar próprio e hermético, o “economês”.

A análise tem o viés econômico e coloca no centro da discussão o agravamento da assimetria sócio-econômica decorrente da implantação da política neoliberal como solução para todos os males e necessidades da humanidade, independentemente das culturas e características de cada nação e da sua possibilidade real de concorrer no mercado internacional em igualdade de condições tecnológicas, o que reflete nos custos da produção e na competitividade dos preços.

Os autores identificam que o Oriente Médio, em particular o Afeganistão, é resultante do cruzamento de interesses locais - com seus tribalismos e etnias intolerantes - com os globais, que se reforçam ou se anulam, conforme a conveniência das nações e dos governantes, em detrimento das massas, sem estratégias desenvolvimentistas claramente explicitadas para a região.

O principal interesse dos EUA na região é a imensa reserva energética composta por petróleo e gás natural. Dentro desse enfoque, os EUA buscam afirmar a sua presença e a das suas companhias petrolíferas no Oriente Médio, ainda que a custo de ações militares coercitivas, o que conflita com o que as lideranças mulçumanas, principalmente as fundamentalistas, consideram como questões inegociáveis, entre elas a eliminação da presença militar norte-americana do território da Arábia Saudita.

As pontuações dos diversos autores analisados nos levam a concluir que os acontecimentos de 11/9 estão longe de constituir um ponto de inflexão na história contemporânea capaz de determinar, de imediato, uma nova periodização, como quiseram afirmar alguns estudiosos.

Por outro lado, nenhum dos autores apresentou uma teoria inovadora sobre a origem dos atentados ou dos conflitos existentes no Oriente Médio. Ocorre que, para a maioria dos leitores - brasileiros e norte-americanos - que foram público alvo prioritário das publicações, as complexas relações que se estabelecem no mundo mulçumano, desde as suas origens, sempre foi envolto em um véu de mistério devido, principalmente, aos contos das *Mil e Uma Noites* e de *Simbad, o Marujo*.

Para o ocidental, em geral, acostumado a ver a separação entre religião e estado, o islamismo como sistema integrado que rege todos os aspectos da vida, inclusive a política, não tem o mesmo significado que tem para o muçumano. São práticas e normas incompreensíveis ao ocidental, ainda mais para as classes menos favorecidas, que vivem em um mundo orientado para o mercado e para o consumo, mas que usam a religião como apoio para suportar o sofrimento terreno.

Em suas análises, cada autor/historiador se manteve fiel às suas convicções e princípios pré-atentados. As visões somente divergem quanto a origem dos atentados, se decorrente do fundamentalismo religioso, se do fundamentalismo econômico, ou se decorrente do fundamentalismo terrorista.

Quanto aos EUA, se esperava que os acontecimentos promovessem uma grande discussão que levasse à eliminação da política isolacionista que aquele país vinha adotando. Entretanto, o que se observou, principalmente quando da invasão do Iraque em 2003, foi a exacerbação do unilateralismo. A política externa do Governo Bush passou a se pautar, cada vez mais, por uma lógica imperial, baseada na premissa de que os EUA possuem mais influência, poder e prestígio do que qualquer outro país na história da humanidade.

Até o advento da administração Bush, cabia aos historiadores definir quais as idéias e ações tiveram consistência ou duração suficientes para serem identificadas como doutrinas. Assim ocorreu, por exemplo, com a identificação da doutrina Truman que formou o pilar da Guerra Fria em 1947, que vinha sendo adotada pelos EUA para pautar suas relações com os demais países do planeta.

Uma consequência direta do 11/9 foi a explicitação pela administração George W. Bush da sua doutrina que consiste, fundamentalmente em três crenças: i) a de que quem não apóia os EUA na luta antiterrorismo é inimigo; ii) a de que a luta antiterrorismo, como figura central de uma nova ordem mundial, passa por ataques preventivos contra ditadores desequilibrados com armas de destruição em massa, e iii) a de que os EUA não podem admitir que sua supremacia militar seja novamente desafiada.

Não obstante essa doutrina que explicita um unilateralismo da potência hegemônica, as potências ocidentais lideradas pelos EUA, na busca da melhoria de suas posições relativas de poder, terão que enfrentar um novo tipo de inimigo que não explicita de forma clara seus objetivos, não é transparente em suas

estratégias e, por não ter bases territoriais no sentido do estado tradicional, não pode ser identificado e, por isso, atacado e destruído.

Além disso, esse inimigo possui uma das mais altas tecnologias organizacionais propaladas pelos gurus da administração moderna: a sociedade em rede. Há, ainda, a questão do sacrifício pessoal no alcance dos seus objetivos não declarados. Como aliados, os terroristas têm ainda o narcotráfico e o contrabando de armas que espalham seus tentáculos corrompendo até a administração dos estados mais rigorosos. A propósito, o único estado muçumano que combate abertamente o narcotráfico é o Irã dos aiatolás e que, paradoxalmente por ser foco de atenção dos EUA, poderia vir a ser o seu grande aliado na região, exatamente pela guerra contra o narcotráfico.

A política intervencionista dos EUA não resolve os conflitos latentes no Oriente Médio e, de resto, em todo o mundo onde se confrontam etnias, organizadas em formas pré-estatais, separadas e juntadas por estados-nações que não respeitam os limites tradicionais e culturais, onde se cruzam as altas tecnologias excludentes do capitalismo, exacerbadas na sua forma neoliberal, com as condições de pobreza em que se encontra grande parte do mundo e das nações. Se não houver mudança dessa política, as premissas atuais apontam para um futuro não muito pacífico.

Capítulo 5 Fontes

Fontes Primárias

- Ali, Tariq. *Confronto de Fundamentalismo: cruzadas, jihads e modernidade*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- Boff, Leonardo. *Fundamentalismo: A Globalização e o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- Chomsky, Noam. *11 de setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- Dornelles, Carlos. *Deus é inocente: a imprensa não*. São Paulo: Globo, 2002.
- Jornal Correio Braziliense - período: setembro/2001 a dezembro/2001.
- Lessa, Carlos; Costa, Darc; Earp, Fábio Sá. *A Crise Internacional e o Brasil Depois do Atentado: Notícias da guerra assimétrica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *A guerra contra o terror: petróleo e armamentismo. Cena Internacional*, Brasília, ano 4, nº 1, jul/2002.
www.relnet.com.br/pgn/cena/2992/3846.pdf, acessado em 31.03.2003.
- Talbott, Strobe; Chanda, Nayan (Org.). *A era do terror*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Bibliografia

- Arrighi, Giovanni. *O Longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- Aquino, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e o Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.
- Bingemer, Maria Clara Lucchetti (Org.). *Violência e Religião: Cristianismo, Islamismo e Judaísmo: três religiões em confronto e diálogo*. Rio de Janeiro: Puc-Rio; São Paulo: Loyola, 2001.
- Bloch, Marc *Apologia da História ou Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- Bonalume Neto, Ricardo. Da exaltação e da Infâmia. *Primeira Leitura*, São Paulo, n.06, p.88-91, agosto. 2002.
- Borde, Guy; Martin, Hervé. *As Escolas Históricas*. Portugal: Publicações Europa-América, 1983 (biblioteca do Ceub)
- Borges, Vavy Pacheco. *O que é História*. São Paulo: Brasiliense, 1998. Coleção Primeiros Passos: 17.
- Burke, Peter (Org.). *A Escrita da História - Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. (biblioteca do Ceub)
- Cardoso, Ciro Flamarion. *Uma introdução à História*. Brasiliense: São Paulo: 1984. Coleção Primeiros Vãos, vl.2.
- Carr, Edward Hallett. *O que é história?* São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 1999.
- Chomsky, Noam. *O que o Tio Sam realmente quer*. Brasília: UnB, 1999.
- Chomsky, Noam. *Propaganda e consciência popular*. Bauru, EDUSC, 2003. Entrevista a David Barsamian.
- Eco, Humberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- Ferro, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: Ibrasa, 1983.
- Finley, Moses I. *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- Hobsbawm, Eric. *A era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Schwarcz, 1999.

- Hobsbawm, Eric. *O novo século: entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- Hobsbawm, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- Hourani, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- Jornais e revistas: artigos diversos do período.
- Jornal da USP. www.usp.br/jorusp/arquivo/20002/jusp581/arquivo.htm, acessado em 30.08.2002.
- Khoury, Yara Maria Aun et all. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 2000.
- Le Goff, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- Lewis, Bernard. *O que deu errado no Oriente Médio?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- Luna, Sergio Vasconcelos. *Planejamento e Pesquisa: uma introdução*. São Paulo: Educ, 2002.
- Melo Neto, Francisco Paulo de. *Marketing do terror*. São Paulo: Contexto, 2002.
- Mézáros, István. *O Século XX: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- Orlandi, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.
- Orlandi, Eni Puccinelli. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- Orlandi, Eni Puccinelli. *Terra à vista: Discurso do confronto: velho e o novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Unicamp, 1990.
- Reis, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- Rémond, René. *Introdução à História do Nosso Tempo: Do antigo Regime aos Nossos Dias*. Lisboa: Gradiva, 1994. (biblioteca do Ceub)
- Revista Veja - período: setembro/2001 a dezembro/2001.
- Tuchman, Bárbara. *Quando acontece a História*. In _____. Prática da História. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- Veyne, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Universidade de Brasília, 1978.
- Vieira, Maria do Pilar de Araújo et al. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 2000.
- Vizontini, Paulo Fagundes. *A nova ordem global: relações internacionais do século 20*. www.terra.com.br/vizontini/livro/index.htm, acessado em 23.01.2003.